

A FRONTEIRA «PRÉ-VAUBAN» DE PORTUGAL – ENSAIO DA NOVA ESTRATÉGIA E DA ARQUITECTURA MILITAR MODERNA DA EUROPA

João Campos

*Arquitecto, Consultor da Praça-Forte de Almeida.
Perito do Comité das Fortificações (ICOFORT-ICOMOS)*



1.- ENQUADRAMENTO GERAL

O estudo isolado de peças arquitectónicas do período Moderno do património histórico militar tem, provavelmente, sido o erro mais frequente dos estudiosos, face a um cardápio de dimensões e implicações que se encontra ainda por desbravar em largos capítulos. É, pois, tempo de não mais assentar análises num somatório de monografias de casos, antes escolhendo o caminho da busca dialéctica de uma explicação integrada. Analisar as fortificações nos respectivos sistemas implica ter em conta uma multitude de variáveis para cada conjunto e seus subsistemas, para os grupos regionais e para as respectivas diferenças tipológicas, não apenas construtivas mas urbanísticas, não somente terrestres mas marítimas, não exclusivamente nacionais mas internacionais.



FELICE CONTINGENTE / EIMPROVIZA*BATALHA*DOSMONTES* / CLAROS*QNAPRI-
MEIRA*MARCHA *D0EXERCITO / DEPORTV GAL*QSAHIO*EMSOCOR RO*DAPRAÇA
/ DEVILLA*VIÇOZA*GOVERNADO*PELLO*MARQUEZ / DEMARIALVA*FOI*ACOMETI-
DO*PELLO*DECASTELLA / AORDEM*DOMARQVES*DECA RACENA* / Q*COM*AR-
DENTE*EVIGVROZO*IMPVLSO*PODE*ROMPER*OCORNO*ESQERDO*ATÉ*ARE /
TAGVARDA*DONDE*FOI*REBATIDO*TAÕ*RIGVRO ZA / MENTE*Q*ACABV*EMF-
VGIDA*OQ*COMESSOU* / EMVITORIA*EFOI*ROTO*COMPERDA*TOTAL* / DOE-
XERCITO*CASTELHANO*DETERNA *GLORIA / DOSPORTVGVEZES*COMPERDA*-
DE3000MIL*CAVALLOS/ ESEIS*MIL*INFANTES*ENTRE*MORTOS*EPRIZIONEIROS /
EPREZA*DETODA*ASVA*ARTELHARIA *VLTIMO / EMEMORAVEL*COMBATE*EN-
TRE*ASDVAS*COROAS* (Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Lisboa, Portugal)

Por isso deveremos, antes de mais, reconhecer o mérito de, conquanto ape-
nas em 2008⁴⁷⁴, ter sido classificado pela UNESCO um conjunto de bens (quicã
do mais notável que poderia haver-se escolha), o qual faz jus ao sentido da
percepção do todo enquanto complexo de sistema, para a legítima compreen-
são do fenómeno cultural subjacente. Falamos da elevação a Património da

474 Nessa altura, em Portugal, um movimento paralelo que podia ser muito interessante para o país surgiu, propiciado por Elvas e englobando também Almeida, Marvão, Valença e Estremoz, aberto a outras participações por afinidade de propósito na criação de uma Classificação em Série Transfronteiriça para as Fortificações Abaluartadas da Raia de Portugal. Os projectos ficaram desencontrados, mas salvou-se, entre outros contributos, a publicação daquele que seria o documento síntese da justificação das pretensões de Almeida, apresentado formalmente à Comissão Nacional da UNESCO e a S. Exa. o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, em audiência de 13 de Agosto de 2009. Trata-se de "ALMEIDA / CANDIDATURA DAS FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS DA RAIÁ LUSO-ESPANHOLA A PATRIMÓNIO MUNDIAL - UNESCO", edição bilingue da Câmara Municipal de Almeida, Julho de 2009, 367 pp..

Humanidade de doze “Sites Majeurs Vauban”, escolhidos dentre o fabuloso universo de obras⁴⁷⁵ levadas a cabo pelo célebre Marechal.

É porém compreensível, e mesmo desejável, pelo carácter excepcional de que deve estar revestido o património em observação (nas suas vertentes de genuinidade, autenticidade, integridade, conservação e uso), que cada um dos bens se imponha fortemente através de exegese própria, dir-se-ia narcísica, dos seus atributos.

Há que reflectir que, na maioria das situações – e sempre quando tratamos de fortificações – a razão de ser da edificação resulta de factores geográficos, estratégicos, defensivos e sociais que abrangem, necessariamente, territórios mais ou menos vastos e, por vezes, se constituem na chave da protecção de comunidades inteiras e, até, da soberania do próprio Estado. Ora, o que nos propomos trazer a debate tem a ver, exactamente, com a observação do conjunto na sua percepção territorial, dando explicação para factos históricos que relevam da justificação de um país.

Ao definir uma fronteira, um sistema de fortificações, instituído em modelo estratégico da identidade nacional, não é um mero somatório de edificações dispostas no território segundo uma estrutura cronológica ou tipológica. Qualquer sistema de fortificações é a explicação da estratégia de uma existência antropológica onde tenderá a encontrar-se o mais substantivo das raízes de uma dada sociedade – o que, por isso e só assim, determina a razão de ser de cada fortificação, de cada cidade que ela guarda e da escala geográfica que respeita a sua implantação.

Em 2015 celebraram-se em Chaves as IV Jornadas Transfronteiriças, pela intervenção sábia do organizador que agora nos convoca, aqui, em Vila Viçosa. Das actas dos trabalhos⁴⁷⁶ retira-se material imprescindível para o estudo da problemática em apreço, salientando desde logo o ensaio, abrangente e

475 Sobre os descontraçados números da quantificação dos trabalhos de Vauban, referiremos a contagem que fizemos na carta da p. 277 da obra de referência de AAVV, «Vauban, la Pierre et la Plume», Editions du Patrimoine / Paris, 2007, Ed. Gerard Klopp, Luxembourg, na qual se indicam 9 «place forte» (de acordo com o glossário da obra, «ville fortifié choisie par le roi pour assurer la défense du royaume sur ses frontières, occupée en permanence par une garnison»), 33 «enceinte ou fort construit par Vauban» e 75 «enceinte ou fort remanié par Vauban», incluindo-se o Château de Bazoches (casa de família e gabinete de trabalho) e o aqueduto abandonado de Maintenon, somando 117 designações, a que se juntam, como típicas obras de engenharia da guerra, os 53 cercos colocados ou sofridos pelo Engenheiro, num total geral de 170 obras.

476 Publicadas em *O Pelourinho*, Boletín de Relaciones Transfronterizas, Núm. 19 (2ª época), Dir. Moisés Cayetano Rosado, Diputación de Badajoz, Año 2015.

rigoroso de Moisés Cayetano Rosado, “*Patrimonio abaluartado en el corredor Madrid-Lisboa. Importancia y herencia patrimonial*”⁴⁷⁷. Toda a análise aí empreendida é suporte de investigação que justifica a proposta de estender a discussão a um aspecto talvez inovador, como é este que agora trazemos: pensar-se a Guerra da Restauração (aí compreendida a edificação das defesas abaluartadas da fronteira terrestre de Portugal) como um momento experimental que serviu para os fundamentos teóricos mais avançados da engenharia militar europeia na segunda metade do século XVII.

A crescer ao relevante estudo produzido por Moisés Cayetano tivemos, nessas Jornadas de Chaves, a apresentação da recente descoberta editorial do Atlas de Lorenzo Possi⁴⁷⁸, perante o conhecimento do qual se perguntará por que razão o Príncipe Cosme III de Medici estava tão sensível para o que se passava na guerra da fronteira de Portugal, a ponto de arriscar viajar⁴⁷⁹ num tempo de incertezas, mal acabadas as hostilidades entre Portugal e Espanha? O futuro Grão Duque da Toscana (1670-1723) entrou em território nacional por Campo Maior, vindo de Badajoz, sendo reconhecido peso político⁴⁸⁰ ao périplo empreendido por Cosme III, pelo declarado empenhamento na descoberta dos significados históricos, geográficos e militares da situação ibérica, e pelo não escondido interesse em equacionar as razões da vitória militar portuguesa contra a grande Espanha, discutindo-se já, para além do comportamento das tropas, como teria sido determinante o talento vanguardístico das fortificações realizadas ao serviço dos Braganças. Sabe-se do desejo de Cosme de compreender os segredos estratégicos da vitória portuguesa na luta pela independência do Estado, contactando com heróis da Restauração⁴⁸¹ e com os

477 Moisés Cayetano Rosado, op. cit. pp. 12 – 48.

478 Carlos Sánchez Rubio Rocío Sánchez Rubio e Isabel Testón Núñez, *Al servicio de Cosme de Medici. Las plazas portuguesas en el Atlas de Lorenzo Possi (1687)*, op. cit. pp. 49 – 76. O Atlas, com notável estudo de contextualização, foi editado por “4 Gatos”, Fundación Caja de Badajoz, 2014.

479 A viagem ocupou-se, em território nacional, de 9 de Janeiro a 1 de Março de 1669, com um séquito em que seguiam dois cronistas (Lorenzo Magalotti e Filippo Corsini), assim como o pintor do príncipe, Pier Maria Baldi (1630-1686), o qual produziu 34 desenhos de viagem, hoje conservados na Biblioteca Medicea Laurenziana, em Florença.

480 A Toscana, mergulhada em crise socio-económica e política, estaria curiosa em avaliar a situação do Reino português face à vitória, para muitos inesperada, perante a grande potência espanhola.

481 Sabe-se que se avistou, por exemplo, com o Padre António Vieira (notar-se-á o contributo deste personagem na estratégia diplomática internacional e na percepção dos interesses da defesa, sobretudo marítima, do Império português) e com os Jesuítas da Universidade de Évora, mas sobretudo com os heróis da Restauração, como Dinis de Melo e Castro, conde de Galveias, vencedor da batalha de Montes Claros.

construtores dos baluartes, designadamente os engenheiros de origem francesa Nicolau de Langres e Michel de l'École, assim como o italiano Antoniacci (que lhe mostrou planos de reconstrução de algumas fortificações na fronteira). Os registos da viagem, incluindo os desenhos de Baldi, contêm inúmeras referências de carácter militar, comprovando tais interesses na observação da problemática militar, estendida ao confronto entre países do percurso realizado (França, Espanha, Inglaterra, Países Baixos).

E, mantendo-nos ainda na mesma época e no mesmo quadro de relações, questionamos quanto poderemos inferir da importância atribuída aos exemplares das fortificações observadas – a ponto de um dos mais habilitados engenheiros italianos que servira Espanha na Guerra contra Portugal, tivesse compilado um extraordinário álbum para ofertar ao seu senhor, o Príncipe da Toscana Fernando de Médicis (1663-1713), justamente o herdeiro de Cosme III? O Atlas de Possi reúne um notável acervo iconográfico, no que à fortificação de um e outro lado da fronteira se refere⁴⁸², para além de um mapa da fronteira entre Estremadura e Alentejo.

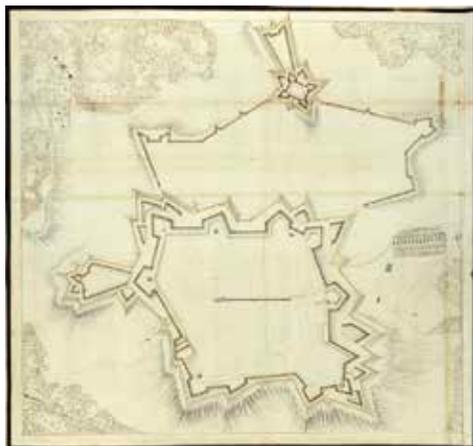
A anteceder esta produção estrangeira, sobressai a extraordinária produção realizada pelos intervenientes directos na Guerra pelo lado português, de que restam muitos testemunhos, com relevo para o conjunto de cartas e vistas reunidas no Códice da Biblioteca Nacional de Portugal, de autoria de Nicolau de Langres⁴⁸³, *“Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de*

482 Do lado de Portugal contém 12 representações de praças e fortes – Évora (1668, planta e vista), Portalegre, Arronches (planta e vista), Campo Maior (planta e vista), Olivença (planta e vista, 1666), Juromenha, Mourão, Moura, 1 vista e 2 plantas de Vila Viçosa, Estremoz, Setúbal e S. Julião da Barra; por sua vez o panorama espanhol está representado por meia dúzia de casos – Alcántara, Valencia de Alcántara, Albuquerque (planta e vista), Badajoz (1667, planta e vista a partir do Guadiana), Jerez de los Caballeros e Moraleja (1665).

483 Constituído por 57 desenhos e plantas, que alternam com texto, que na maior parte dos casos descreve a imagem a que se refere; terão sido originalmente executados avulsos e posteriormente encadernados.

Nicolau de Langres era já prático engenheiro do rei de França, Luís XIII, quando foi contratado pelo Embaixador de Portugal em França, Conde da Vidigueira (depois Marquês de Niza), em 1644, a fim de se ocupar das fortificações da fronteira do Alentejo. Trabalhou em 1645 às ordens de Cosmander, em Elvas, e no ano seguinte realiza o projecto abaluartado para Campo Maior. Ainda trabalhava na fortificação desta praça quando foi nomeado, em 1647, «engenheiro da província do Alentejo», por morte do antecessor no cargo, João Cosmander, S.J.; em 1659 foi encarregado da fortificação de Évora, sendo referido na documentação como mestre de campo e «engenheiro mor». Do Códice manuscrito da Biblioteca Nacional (c. 1661), recuperado dos seus papéis quando morre em combate em Vila Viçosa, ao serviço de Espanha, constam dezenas de traçados para a reforma ou realização de raízes de fortificações, centradas na fronteira do Alentejo ou na questão da defesa marítima de Lisboa (S. Julião, Cascais (3 projectos), Setúbal (3 desenhos), Peniche (2 desenhos) e Se-

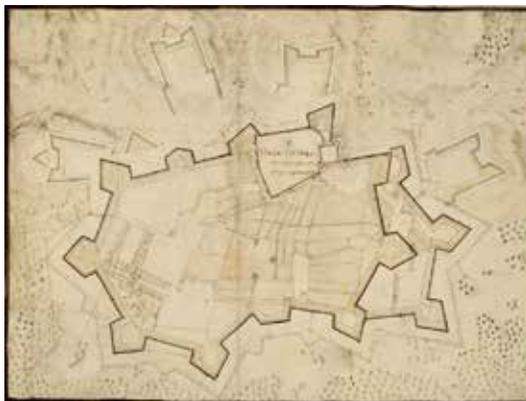
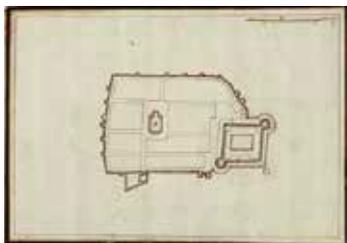
Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação”.



Nicolas de Langres, c. 1661,
Elvas e Juromenha



Nicolas de Langres, c. 1661, Vila Viçosa □ Castelo Artilheiro com a Cerca e planta da vila com o Projecto das defesas abaluartadas



simbra (2 desenhos), bem como da protecção da capital (2 plantas). Para além de alguns exemplares não atribuídos e de projectos teóricos (como o de uma fortificação marítima e de fortaleza quadrangular, assim como uma praça-forte oitavada com uma teoria de obras exteriores inovadora) constam dos desenhos do Alentejo as fortificações de Niza, Montalvão, Castelo de Vide (2 plantas), Campo Maior (3 traçados), Elvas (com 3 desenhos, sendo um da topografia circundante à cidade), a planta e a cenografia do forte de Santa Luzia, Aronches, Olivença (2), Évora, Moura (incluindo planta do território envolvente), Estremoz, Monsaraz (?), Mourão, Beja, Serpa, Juromenha, Vila Viçosa (2 traçados) e alguns outros desenhos não titulados.

Na sequência das reformas modernas introduzidas nas fortificações, levadas a cabo na segunda metade do século XVI, os estrategas do século XVII adquiriram profunda noção de que importava o conjunto dos sistemas de defesa na sua geografia, isto é, todas as componentes que relacionam cada uma e todas as fortificações. Fora essa a percepção que induzira, com a ajuda da nova engenharia militar, novas estratégias para a guerra. E isso terá sido o que Cosme III buscava compreender no rescaldo da Guerra da Restauração portuguesa.



"FRONTEIRA DE PORTUGAL, FORTIFICADA PELLÓS REYS DESTE REYNO. TIRADAS ESTAS FORTALEZAS NO TEMPO DEL REY DOM MANOEL / COPIADAS POR BRÁS PEREIRA", a partir de Duarte de Armas, excepto a peça em epígrafe. 1642. Biblioteca Nacional de Portugal.

Uma das 5 páginas do itinerário e distâncias entre as fortificações fronteiriças, "Livro das Fortalezas" de Duarte Darnas, c. 1510, ANTT- Lisboa



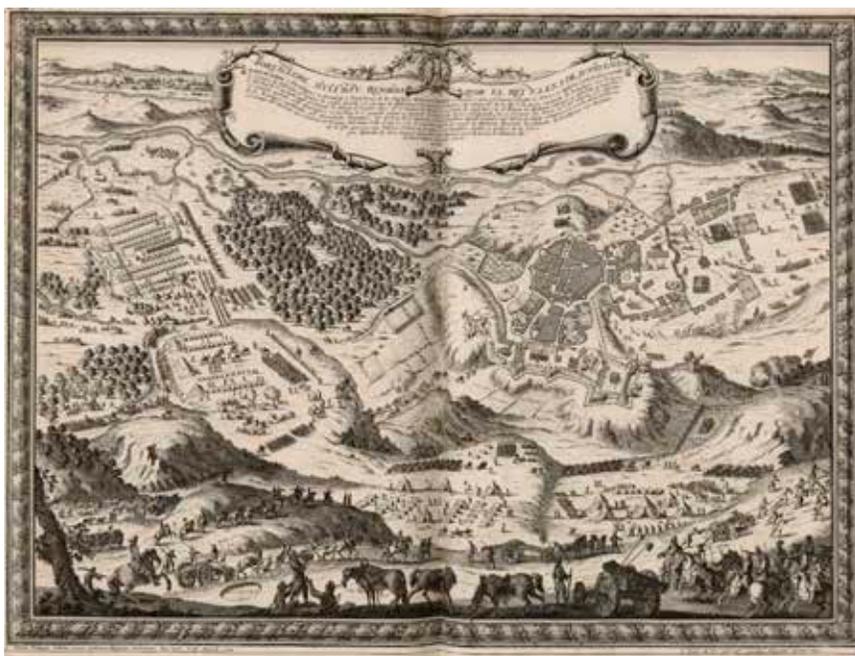
2.- A FRONTEIRA REAFIRMADA DE PORTUGAL

A realidade patrimonial em causa insere-se na conceptualização de uma fronteira, historicamente única no concerto das nações europeias e, acima de tudo, primacial factor de identidade nacional.

Esta condição decorre da sua manutenção ao longo de séculos, apresentando um nível de integridade excepcional, com estabelecimento dos Limites baseados no Tratado de Alcañices (1297) – o acordo de fronteiras e de paz em vigor mais antigo do mundo.

Um documento com força legal e social, há mais de 700 anos em aplicação, reforçado a meio-tempo da sua vigência com a realização de uma obra de reafirmação da viabilidade da sua existência (1640 - 1668) é, por si só, um factor cultural de profundas repercussões europeias, merecendo destaque no cotejo com o mapa do Continente.

Já do ponto de vista da obra de edificação realizada em dezenas de implantações dos Limites de Portugal, salienta-se ainda a novidade da sua concretização, num curto período de tempo e com uma unidade de concepção e de funcionamento, perfilando-se como vanguarda das realizações europeias de meados de Seiscentos e num quadro europeu relacionado com a Guerra dos Trinta Anos⁴⁸⁴. Portugal, com apoios granjeados pela nascente Dinastia de Bragança, socorreu-se financeira, militar e politicamente das potências que firmavam a sua vontade de liderança contra os Habsburgos, designadamente a França e a Suécia, e de cuja tutela se queria ver livre a nova estrutura dirigente portuguesa.



“Portalegre Sitiada y Rendida por el Rey N.S. en 8 de Junio de 1704”, por Nicolás de Fer, BNP.

Na análise subentendida estão implícitos indicadores que forneçam, na questão da construção de uma linha fortificada, a justa posição dos dois lados

484 A Guerra dos Trinta Anos (a que é posto fim com a série de tratados conhecida como “Paz de Vestefália”, 1648) é a denominação genérica de uma série de conflitos envolvendo quase todas as nações europeias a partir de 1618, especialmente na Europa Central, por motivos variados: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais.

de uma guerra entre vizinhos: a obra abaluartada conseguida por Portugal só existe como resposta à contraparte dos Habsburgos madrilenos. A supremacia das razões portuguesas na Guerra da Restauração não foi facilitada por cêdência de qualquer espécie, incluindo no domínio do exercício da engenharia militar moderna.

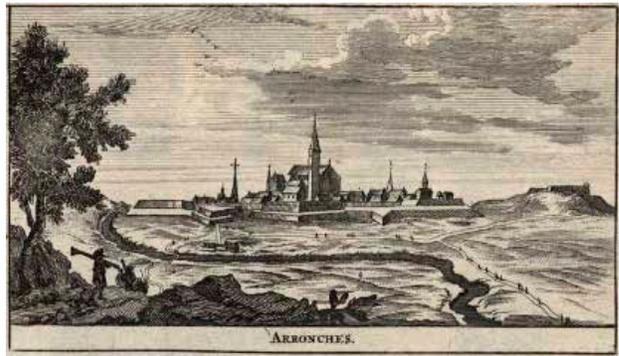
E, na geração seguinte, foi a vez de Espanha deixar de ser regulada pelos descendentes do Império Austro-húngaro, engolfando-se então na sua Guerra de Sucessão, também com reflexos na fronteira com Portugal.

A emergência de nova crise bélica, no recorrente jogo de influências e soberanias das principais famílias europeias, fez estalar, no início do século XVI-II, novas acções militares mútuas, chegando o exército português a entrar em Madrid para pôr no trono um pretendente Habsburgo, apoiado pela Inglaterra. Os espanhóis, porém, renderam-se às vantagens dos Bourbons franceses, tendo aberto mão, entre outros domínios, dos Países Baixos, esteio ocidental do Sacro Império Romano.

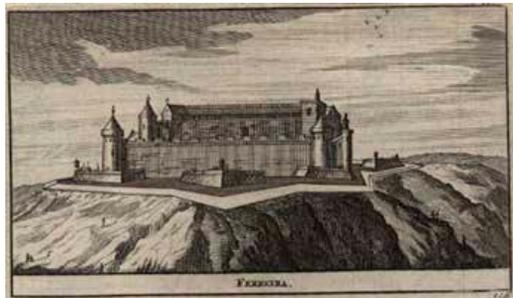
À semelhança do que se passara na época de guerra anterior, tal como sucederá na seguinte (a Guerra Fantástica, ou do Pacto de Família, inserida na Guerra geral dos Sete Anos), a produção iconográfica disponível é muito relevante⁴⁸⁵, fazendo sempre realçar o papel intrínseco das fortificações abaluartadas, como peça da máquina de guerra que mantém fixados os limites de uma fronteira cujo desejo de imutabilidade faz parte, de há muito, da constituição da nação portuguesa. Um dos mais notáveis cartógrafos do período, Nicolas de Fer, apresenta-se nas cartelas das gravuras descritivas das acções de guerra de Philippe d'Anjou (Filipe V de Espanha) como «Geographe de sa Majesté Catholique et de Monseigneur le Dauphin⁴⁸⁶».

485 Nicolas de Fer foi um dos cartógrafos que mais produziu no quadro da escola francesa, entre os finais do século XVII e inícios do século XVIII, período em que ocorreram mudanças enormes no conhecimento científico, em geral, e na cartografia, em particular. Juntamente com Filippo Pallota, De Fer é o responsável pela produção de um mapa de escala regional, que representa uma parte da Beira e do Alentejo, datado de 1704, durante os conflitos luso-espanhóis no âmbito da Guerra de Sucessão de Espanha (1702-1714). Além dessa representação encontram-se várias representações de praças portuguesas (por exemplo Arronches, Elvas ou Ferreira) e igualmente espanholas, activas na Guerra da Sucessão espanhola.

486 Referindo-se a Filipe V de Espanha (1683 – 1746), neto do rei de França, e a Luís XV, herdeiro de Luís XIV em 1715.



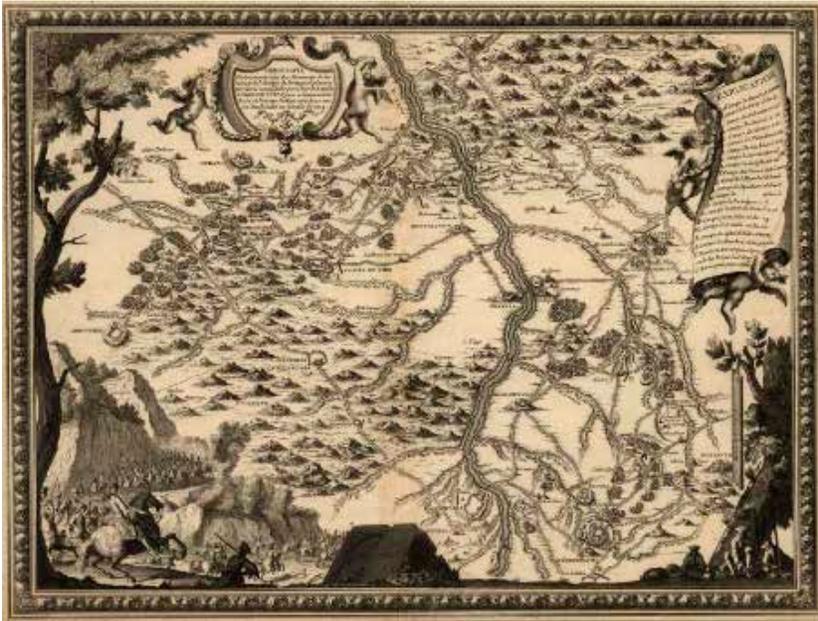
Nicolas de Fer, 1704, Elvas e Arronches



FER, Nicolas de, 1646-1720, La glorieuse campagne de Pilippe V aux environs du Tage dans les provinces de Beira, Estremadura et Alentejo / Par N. de Fer Geographe de sa Majesté Catholique et de Monseigneur le Dauphin. Paris : Chez l'Auteur, avec privilege du Roy 1704.

Embora Espanha continuasse, impelida pela necessidade prática de gestão dos domínios do seu Império, a ser uma potência que realiza conjuntos notáveis de fortificações para defesa das suas soberanias (nomeadamente no Mediterrâneo e no Caribe), elevam-se de modo dominante no horizonte os franceses Bourbons (Henrique IV/1589, até 1789/ Revolução Francesa) e os Suecos da “Era do Grande Poder” (Stormaktstiden, 1611-1718), os grandes construtores da moderna fortificação com que dominaram o Báltico.

Também Portugal, depois de um esmorecimento acontecido na parte final da Dinastia Filipina, prosseguiu na sua acção de construir as fronteiras do Império, no Atlântico e no Índico, mesmo no tempo coincidente com as ocupações da Guerra da Restauração.



Nicolas de Fer & Filippo Pallota, c. 1700-1721, BNP. Corografia perteneciente alas dos Provincias de la Veira y del Alentejo de Portugal placas y territorio conquistado poreal Rey de España D. Phelipe Vº Nº Sr. ysus acampamentos desde el Principo de Mayo asta los primeros dias de julio en este año de 1704 / et Nicol. de Fer, geographo ejusdem Majestatis direxit Opus; Eques Philipus Pallota Sacre Catholice Majestatis Architectus inventor et delineavit.

3.- O «PRÉ CARRÉ» DE VAUBAN E O SEU ANTECEDENTE ALENTEJANO

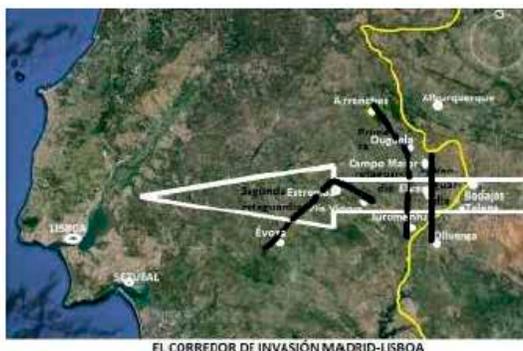
Os exemplares mais importantes da fronteira de Portugal com Espanha são, naturalmente, as “testas-de-ponte” referenciadas historicamente como fazendo o catálogo dos eixos de invasão de Portugal, e como tal claramente enunciados sobre gravura de Nicolas de Fer⁴⁸⁷, mapa este (que aproveitamos do trabalho de Moisés Cayetano) que terá servido a estratégia de Filipe V na

487 Nicolas de Fer (1646-1720) actualiza uma produção de Pedro Teixeira Albarnaz, cartógrafo de Filipe IV, cuja carta foi impressa em Madrid, em 1662, registando as alterações produzidas com a actividade construtiva na fronteira durante a Guerra da Restauração, aparecendo bem ressaltadas, do lado estremenho, Albuquerque, Badajoz e Telen e, do lado lusitano, Arronches, Campo Maior, Elvas, Olivença, Vila Viçosa, Estremoz, Évora e o castelo artilhado de Evoramente, distinguindo também as povoações (sem expressão militar) de Ouguela e de Vila Viçosa (mas aqui evidenciando a “Tapada Real” dos Duques de Bragança, a nova dinastia reinante de Portugal).

Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714) e, seguramente ainda, quase um século depois, as Guerras Peninsulares (1807-1815): para a ocupação do Porto indica-se a direcção Tuy-Valença do Minho ou, em alternativa, Monterrey-Chaves e Zamora-Miranda. Para a direcção de Lisboa mostra-se o eixo de Ciudad Rodrigo-Almeida, o de Valencia de Alcántara-Marvão e o de Badajoz-Elvas. Na desembocadura do Guadiana surge a anotação de via possível de incursão no Algarve /Alentejo⁴⁸⁸.



Mapa (parcial) de Nicolas de Fer da BNP com os eixos de penetração no território nacional (colhido de Cayetano, Moises, 2015) e, em baixo, a leitura deste autor na sua comunicação às IV Jornadas (in Pelourinho nº 19) sobre o chamado corredor de invasão Madrid - Lisboa



488 A primeira invasão napoleónica, comandada por Junot (1807), foi operada através da penetração por Alcántara, em direcção a Lisboa. A segunda (1809), sob orientação de Soult, direccionada para o Porto e, a partir daqui, para Lisboa, sem ter obtido a penetração via Tuy / Valença, concretiza-a pelo eixo de Orense / Chaves. A terceira (1810), após a entrada de Massena por Ciudad Rodrigo / Almeida, acabou por ser detida nas Linhas de Torres Vedras. Esta última tentativa francesa teve ainda o contributo de Soult, ocupando a praça de Badajoz, como ponto de reforço das operações fronteiriças. Olivença, Campo Maior, Alburquerque e Valencia de Alcántara foram igualmente ocupadas pelas tropas de Napoleão (em 1811, antecipando a campanha de perseguição e a sua derrota, comandadas por Wellington). Uma penetração por via marítima foi utilizada pelas forças aliadas, desde Ayamonte / Vila Real de Santo António, por uma força naval que saiu de Cádiz transportando as tropas do general espanhol Joaquín Blake, com intenção de se estabelecer em Jerez de los Caballeros e, dali, socorrer a praça de Badajoz.

Na frente alentejano-estremenha, Moises Cayetano considera crucial o «corredor de invasão Madrid – Lisboa», no qual *“el lado portugués presenta un considerable escudo de fortificaciones en vanguardia y retaguardia, sobresaliendo entre las primeras Campo Maior con Ouguela, Elvas y Olivença. Entre las segundas: Arronches y Juromenha de inmediato, y algo más al interior Vila Viçosa, Estremoz Y Évora, además del ‘obstáculo’ de espacios abaluartados en Monforte y Barbacena. Del lado español: apenas Badajoz (con el auxilio de Telena y más al sur el castillo artillado de Alconchel, al que se dota de refuerzos propios del modelo abaluartado, por su importancia estratégica frente a la Olivença portuguesa) y Albuquerque”*⁴⁸⁹.

E é muito curioso que Moisés Cayetano, com a sua sensibilidade de geógrafo, nos esclareça (antes de outros factores e das próprias fortificações que se implantam) que tudo tem lugar *“justamente en el corredor Madrid – Lisboa, en medio de inmensos, penetrables y fértiles llanos, que facilitan tanto la incursión de tropas ligeras como armamento pesado, proporcionan importantes recursos agro-ganaderos para la manutención de soldados y animales de asalto y carga, presenta los accesos más practicables y sin barreras geográficas que sí tienen todas las anteriores [linhas de invasão], y están en medio de la distancia más corta entre las dos capitales de ambos estados.”*⁴⁹⁰

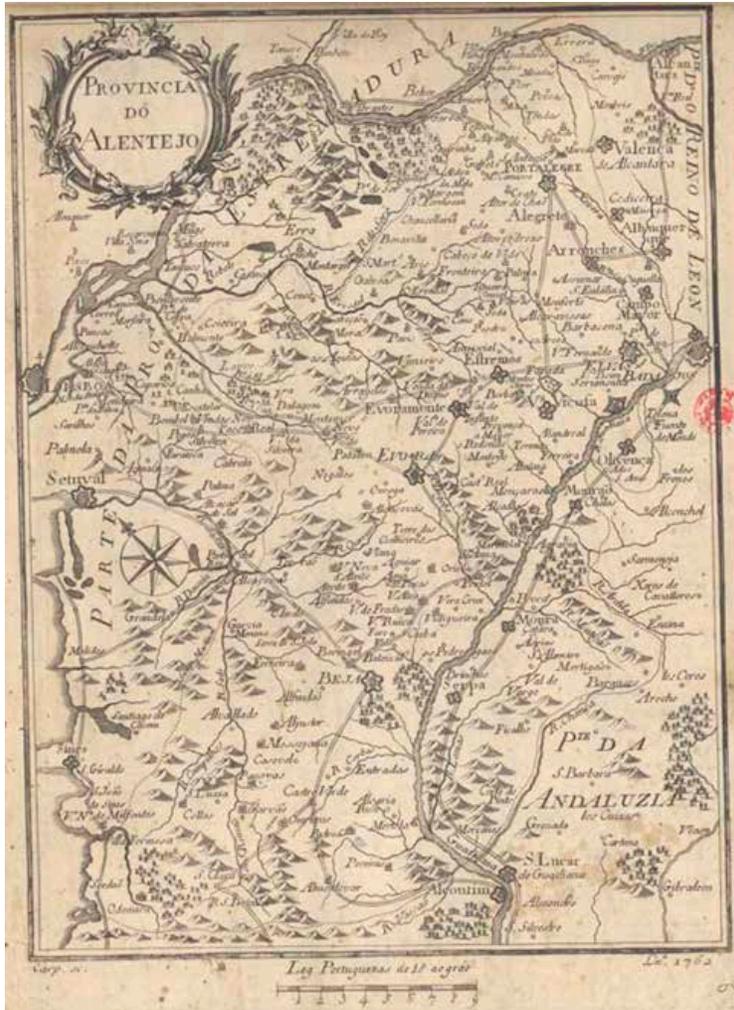


Mapa o Carta Geografica, de una porcion de las quatro Prouincias. / Con la Exacta demarcacion dela línea que divide este Reyno com el de Portugal, cuyas Explicaciones particulares estan en los Mapas / Parciales que se na Remitidas ala Corte y a V.E. y en donde sedevera acudir pues sin esta circunstancia no fuera este dela vtilidad que se / pretede para el fin que sea dispuesto como asimismo son precisas las Relaciones remitidas en las mismas fechas / (Cuadro de reunion de los trabajos del Ingeniero Don Antonio de Gaver sobre esta frontera, existentes en el Deposito de la Guerra) // Puebla de Sanabria a 5 de febrero de 1755 = ass) D.n Antonio de Gauver (IHCM, CGD).

489 O Pelourinho, nº 19, 2016, no prelo, pp. 15-16.

490 Op. cit., p. 15.

Da crescente consciência da estratégia militar assente no conhecimento do território resultaram enormes progressos no domínio da cartografia. Foi esclarecedor o contributo de María Cruz Vilallon, da Universidade da Extremadura, com o contributo trazido aos trabalhos do último Seminário Internacional de Almeida sobre Arquitectura Militar, realizado no ano passado.



Provincia do Alentejo, carta 6 dos “Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa, offerecidos ao illustringissimo e excellentissimo Senhor Marquez de Pombal / João Silvério Carpinetti Lisbonense. João Silvério Carpinetti, 1762, Biblioteca Pública de Évora.

Desse trabalho retiro informação pertinente ao nosso tema, designadamente o ponto de chegada de todo o afã científico e político que conduziu, de um e de outro lado da fronteira, à produção que chega ao tempo preliminar da Guerra dos Sete Anos, na qual o foco da acção militar se moveu especialmente na Raia. Parece-me significativo trazer a imagem de um trabalho excepcional do incansável António de Gaver, profissional exímio e prolífico, como aliás parece ser caso bastante generalizado no escol dos cartógrafos e projectistas activos nos principais momentos da vida política da fronteira. Repare-se no labor formidável da representação de toda a Raia do lado de Espanha, fazendo deste documento o melhor testemunho da importância do sistema que ganha coerência como conjunto, articulando-se nos 1300 quilómetros da extensão da demarcação entre Estados.

O outro testemunho é uma colecção de meia dúzia de cartas (precedida de um mapa do “Patriarcado de Portugal”), e que, reunidos, constituem uma correspondência à representação completa da fronteira apresentada no conjunto raiano de António de Gaver, agora estampada pelo lado português. De todas as cartas em que se reparte a representação do território nacional, a respeitante à Província do Alentejo é a que mais expressividade revela sobre as indicações que levam à compreensão da intenção militar da defesa da fronteira, com a sinalização da implantação de fortificações, grafadas com sinalética que parece estatuir uma hierarquia das posições e das edificações. A carta em apreço é a que conta maior número de fortificações, 25 no total, desde Sines, Setúbal e Lisboa, no litoral, somando-se a 15 outras em território da frente do Alentejo, face à Extremadura espanhola, e, excepcionalmente, 7 espanholas (Alcántara, Valença de Alcántara, Codiceira, Albuquerque, Badajoz, Telen e S. Lucar de Guadiana). Na explicitação da estratégia das posições defensivas, escalona-se como mais importante a praça de Elvas, surgindo a seguir no destaque as fortificações de Portalegre, Juromenha, Vila Viçosa, Evoramonte, Évora, Beja e Alcoutim; com uma marcação menos importante surgem Arronches, Campo Maior, Olivença, Estremos, Mourão, Moura e Serpa.

Nesta representação parece querer explicar-se como se terá idealizado o «*pré carré*» alentejano, no resgate da vigência de uma soberania nacional.

3.1.- Sobre a acção de Vauban e a estratégia das fronteiras

Propomo-nos encontrar uma similitude patente entre o caso da fortificação da fronteira portuguesa com a atitude da França barroca, com o Cardeal Mazarin teorizando sobre a necessidade de conferir ao estado galês as suas

“fronteiras naturais”. Para tanto, na concretização da fronteira do hexágono galês (abrangendo as duas frentes marítimas, atlântica e mediterrânica, e as grandes cadeias montanhosas, a alpina e a pirenaica, com exclusão de outros territórios que saíssem de uma naturalidade continental, como a Córsega, por exemplo) sobressai, esmagadoramente, o vulto do grande executante dessa estratégia de defesa, o Marechal Vauban.

A França, o país mais populoso da Europa (21 milhões no começo do séc. XVIII), é governada com objectivo da glória absoluta, para o que concorre o facto de viver o reinado mais longo da sua história (Luís XIV, 1638-1715, entronizado aos 14 anos de idade). Instala-se então um ritmo incessante de conflitualidade militar com os seus vizinhos: cinco guerras em sessenta anos, destacando-se, para o que aqui nos ocupa, a campanha dos Países Baixos espanhóis (1654-1659) e o envolvimento na Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714). De 60 000 homens em armas em 1662, o número de soldados atinge 150 000 em 1693.

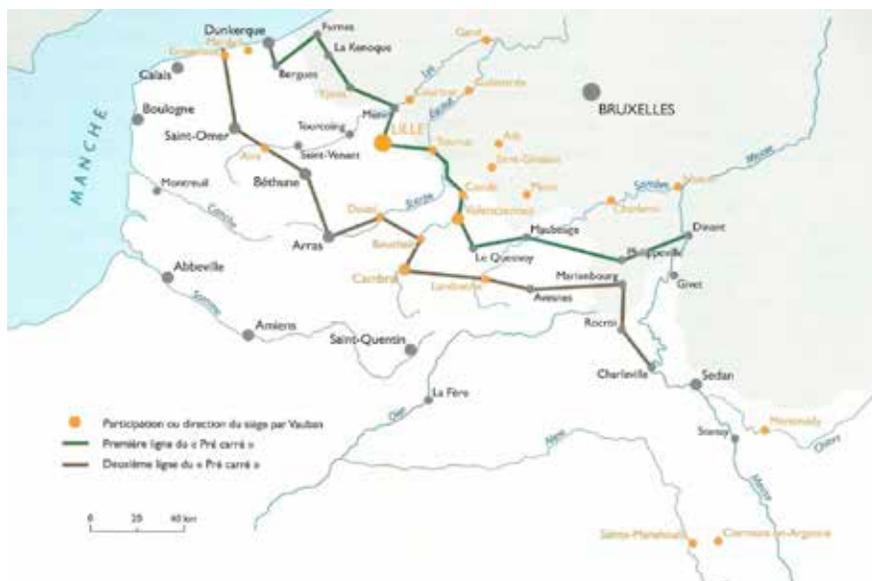
Este aspecto de incessante hipertrofia da componente humana tem o seu contraponto no aumento da logística, cada vez mais apurada da máquina de guerra, da qual faz parte o património imobiliário especializado em albergar e fazer movimentar exércitos, juntamente com a técnica do armamento. De uma guerra de movimento, a segunda metade do século XVII assiste ao apuramento da guerra do cerco, tornando imprescindíveis espaços equivalentes a cidades, elas próprias fortalezas, praças-fortes sob controlo do poder real.

Fazendo parte da conceptualização global, a invenção que é uso atribuir-lhe para a consecução da acção absolutista de Luís XIV face ao Império espanhol (protegendo, ao mesmo tempo, da ameaça britânica), é o invocado «pré carré»⁴⁹¹, na celebrada e um tanto enigmática expressão cuja significação se

491 A expressão aparece numa carta ao Ministro da Guerra, na qual Vauban enfatiza, em Janeiro de 1673: «Sérieusement, Monseigneur, le roi devrait un peu songer à faire son pré carré. Cette confusion de places amies et ennemies ne me plaît point. Vous êtes obligé d'en entretenir trois pour une. Vos peuples en sont tourmentés, vos dépenses de beaucoup augmentées et vos forces de beaucoup diminuées, et j'ajoute qu'il est presque impossible que vous les puissiez toutes mettre en état et les munir. Je dis de plus que si, dans les démêlés que nous avons si souvent avec nos voisins, nous venions à jouer un peu de malheur, ou (ce que Dieu ne veuille) à tomber dans une minorité, la plupart s'en iraient comme elles sont venues. C'est pourquoi, soit par traité ou par une bonne guerre, Monseigneur, prêchez toujours la quadrature, non pas du cercle, mais du pré. C'est une belle et bonne chose que de pouvoir tenir son fait des deux mains». O poderoso ministro era François Michel Le Tellier, Marquês de Louvois (1641/1691), Secretário de Estado da Guerra durante a maior parte do reinado de Luís XIV (herdando o cargo do pai, Michel le Tellier).

equivale, na França de então e até aos nossos dias⁴⁹², à chamada “Fronteira do Norte”.

É, verdadeiramente, na percepção empreendida sobre a relação territorial com os domínios imperiais dos Países Baixos Espanhóis, que Sébastien le Prestre sublinha uma determinação bem sentida, na carta dirigida a Louvois: «Eis por que, seja por tratado ou através de uma boa guerra, Senhor, defendei sempre a quadratura, não a do círculo, mas a do “pré”. É uma coisa boa e bela para se ser capaz de manter os feitos com ambas as mãos».



O «pré carré» de Vauban na Fronteira do Norte (retirado de AAVV, 2007, “Vauban”, Ed. du Patrimoine).

492 Como expressão coloquial francesa significa “domínio reservado”, no qual apenas se é admitido por convite ou apadrinhamento, embora os dicionários dêem, por sistema, a designação diplomático-militar que remete para Vauban: “geografia protegida por fortificações em linhas paralelas, originariamente concebida na relação entre a França e os Países Baixos Espanhóis”, um estratégico território-tampão entre as Províncias Holandesas do Norte e a França.

Nesta tentativa de se atingir o sentido etimológico (ainda que idiomático) da expressão, notaremos que se «carré» não merece grande dúvida de tradução (um «carré» é um quadrado, ainda que, abstractamente, se entenda como a área própria de cada qual, espaço íntimo que um estranho não terá o direito de violar), já o termo «pré» nos pode remeter para os grandes pastos livres («étendue de terre qui sert au pâturage, les chevaux courant dans le pré») propícios aos rápidos movimentos, através da cavalaria e de outras operações militares.

Trata-se, na realidade, da fixação de uma nova fronteira entre França e um território dominado por Espanha. Ora, tal fronteira surge após a emergência da nova edificação da fronteira de Portugal⁴⁹³.

Face aos Países Baixos, com obra nova e sobretudo com reconfiguração da existente, Vauban vai realizar duas linhas paralelas e coerentes, num grandioso sistema compreensivo do equilíbrio do inimigo, com várias dezenas de fortificações⁴⁹⁴ em cerca de 200 Kms, com uma linha de dupla contenção fortificada face à Flandres, prolongada, de modo lógico, até às orografias de contenção dos Alpes.

É muito curioso o paralelismo e, até, a possível correlação, entre a decisão de concretizar o «*pré carré*» por parte de Vauban e a experiência prática ocorrida, imediatamente antes desse tempo da “Fronteira do Norte” galesa, na linha mais vulnerável de penetração de Portugal. Na Guerra da Restauração, os espanhóis apostaram principalmente na invasão pela fronteira mais permeável da Estremadura, e também a mais curta, no eixo Madrid / Lisboa⁴⁹⁵. As fortifi-

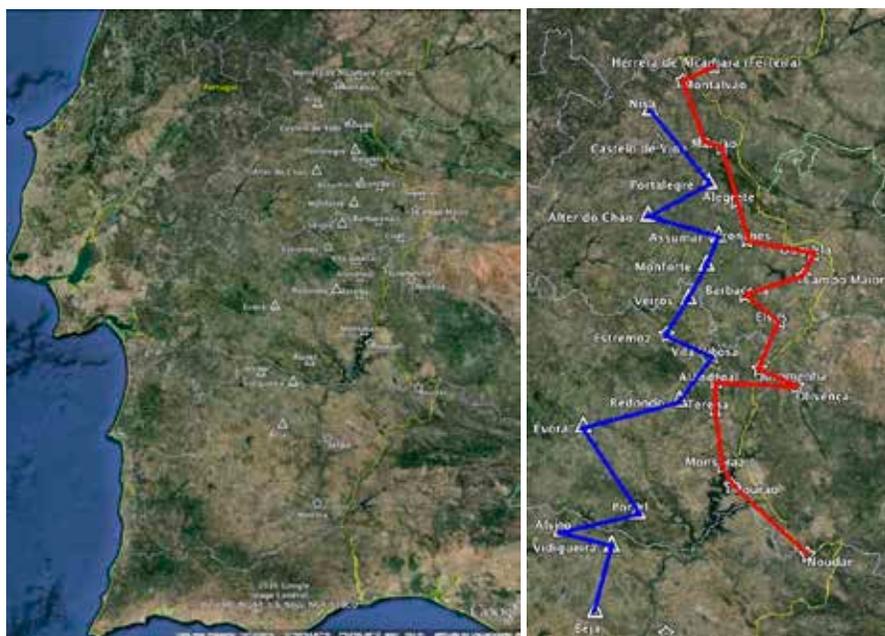
493 No caso da fronteira de Portugal, o fundamento longo e sedimentado pelos povos já existia de antes, começando nos primórdios da pré-nacionalidade para se afirmar na celebração do Tratado de Alcañices, após a última pedra colocada pelo rei D. Dinis na configuração do reino, com a construção do castelo de Almeida.

494 Na obra de referência de 2008, AAVV ; «Vauban, afirma-se que «o Pré Carré foi realizado para a fronteira fortificada desde o Mar do Norte até ao Reno», sendo apresentada (p. 19) uma «*Carte du Pré carré*» composta, na primeira linha, por 14 implantações: Dunkerque, Bergues, Furnes, La Kenoque, Ypres, Menin, Lille, Tournai, Condé, Valenciennes, Le Quesnoy, Maubeuge, Philippeville e Dinant; na segunda linha surgem representadas 13 localizações: Gravelines, Saint-Omer, Aire, Béthune, Arras, Douai, Bouchain, Cambrai, Landrecies, Avesnes, Mariembourg, Rocroi e Charleville. Fazendo parte, segundo a própria natureza e da arte do Engenheiro militar da época, Vauban teve ainda uma actuação de enorme esforço para a concepção da fronteira em causa, através da direcção ou participação defensiva nos cercos postos às fortificações de Gand, Audenarde, Courtrai, Ath, Saint-Ghislain, Mons, Charleroi e Namur, do lado espanhol dos Países Baixos, a que se juntaram, em solo francês, Mardick, Ypres, Lille, Tournai, Condé, Valenciennes (todas na faixa da primeira linha) bem como Gravelines, Aire, Douai, Bouchain, Cambrai e Landrecies (na segunda linha). Neste troço da fronteira de França, para a realização do sistema defensivo dos Países Baixos Vauban é o autor de 37 fortificações grandemente reabilitadas ou concebidas de novo, além de 20 cercos projectualmente assistidos.

495 A Guerra da Restauração não foi fácil nem rápida, significando empenho estratégico e meios de toda a ordem, despendidos largamente por ambos os países. Ao longo de quase 28 anos abrangeu outros lugares e logisticas que não somente o caminho de Lisboa. Disso ressaltam os nomes das principais batalhas: Cerco de São Filipe, nos Açores (1641-1642), Arronches (1653), Valencia de Alcántara (1653), Vila Nova de Cerveira (1658), Cerco de Badajoz (1658, com derrota portuguesa), Linhas de Elvas (1659), Ameixial (1663), Montijo (1664), Castelo Rodrigo (1664), Montes Claros (1665), assim repartidas por todo o território, e até batalhas navais, como as verificadas nas Berlengas (1666) ou no Cabo de São Vicente.

cações de Moraleja, Alcántara, Valencia de Alcántara, Albuquerque, Badajoz e Alconchel são os principais melhoramentos introduzidos⁴⁹⁶, como armadura ofensiva para jugular a rebelião lusitana. Em resposta, foi na faixa da fronteira portuguesa do Alentejo que, por contraposição, se verificou o maior esforço concentrado das atenções da construção da fronteira nova, espelho da geoestratégia no controlo das vias de penetração – aspecto que marca a nova atitude da guerra em movimento, por oposição ao estaticismo da táctica medieval.

As praças fundamentais são, por isso, as que controlam os corredores de passagem dos exércitos invasores. Ora, o que se passa na concepção da fronteira abaluartada do Alentejo é a realização, simultânea, de uma linha avançada expressamente duplicada por uma retaguarda, oferecendo uma densidade inusitada de concretizações fortificadas.



«PRÉ CARRÉ» DO ALENTEJO – FORTIFICAÇÕES DA 1ª LINHA (de Norte para Sul): Ferreira (Herrera de Alcántara), Montalvão, Castelo de Vide, Marvão, Alegrete, Arronches, Ouguela, Campo Maior, Barbacena, Elvas, Juromenha, Olivença, Alandroal, Terena, Monsaraz, Mourão, Noudar. FORTIFICAÇÕES DA 2ª LINHA (de Norte para Sul): Nisa, Portalegre, Alter do Chão, Assumar, Monforte, Veiros, Estremoz, Vila Viçosa, Redondo, Évora, Portel, Alvito, Vidigueira, Beja.

496 Podemos ainda referir, do lado espanhol, trabalhos significativos nas fortificações de Cadalso, Cilleros, San Martin de Trebejo, Acebuche, Brozas, Villamiel, Valverde del Fresno, Fregenal de la Sierra, Jerez de los Caballeros e Alconchel, bem como, levadas a cabo em sítios portugueses, como Arronches, Olivença, Oguela, Juromenha, Mourão ou Évora.

A inventariação da primeira linha de defesas de fronteira na frente do Alentejo, fazendo face à Extremadura espanhola, poderá alargar-se a duas dezenas de exemplares, dispostas como mostra o mapa e respectivo esquema. Na linha paralela, de interior ou retaguarda, originando a formação de um verdadeiro “espaço de reserva”, a defesa era reforçada com a vigilância de um território que medeava entre a disposição defensiva daquela frente com uma duplicação de peças, geralmente (mas nem sempre) de menor porte, conforme se aponta na mesma imagem (com 14 localizações). Todo o dispositivo tem o seu foco na grandiosidade do complexo defensivo de Elvas, a cabeça da defesa face à poderosa Badajoz inimiga (esta escassamente apoiada por Albuquerque, a Norte, e Alconchel, a Sul, e daí a imediata carência da tomada de praças portuguesas, como Olivença ou Juromenha).

Independentemente do grau de semelhanças entre o caso da frente alentejana e a fronteira francesa contra os espanhóis dos Países Baixos, pode neste caso falar-se da ideia germinadora de um «*pré carré*» anterior à concepção atribuída a Vauban, a ponto de estatuir-se que a realidade feita funcionar pelo Marechal se encontrava já no terreno, tal sendo por isso “*«avant la lettre» but against France*”⁴⁹⁷. De acordo com opinião expressa recentemente por Philippe Bragard, um reputado perito da obra de Vauban, a actividade defensiva em torno de uma linha de limites de soberania entre Espanha e França, no território que hoje se divide entre este país e a Bélgica, constitui a fundamentação para a fixação dos princípios do «*pré-carré*» advogados por Sébastien le Preste. Segundo aquele autor, “Acontece que a maior parte dessas cidades foram reforçadas ou criadas pouco a pouco, a partir de 1535, pelos soberanos dos Países Baixos, Charles V, Philippe II e os arquiducos Albert e Isabelle, contra as veleidades ofensivas de François I e dos seus sucessores. Estas cidades fortificadas formam, sem o dizer explicitamente, uma rede defensiva - mas na frente do Sul, fazendo face à França. A sua organização em defesa é feita usando a fortificação “moderna”, o “estilo italiano”, isto é, por meio de baluartes e de cortinas em terra. Uma vez sujeitadas pelos exércitos de Luís XIV, essas cidades voltam-se, assim, contra o antigo senhor!”

As celebradas linhas estratégicas visionadas por Vauban serão uma adaptação, por assim dizer invertida, da realidade já existente sobre o terreno – o que já os anteriores senhores haviam percebido estrategicamente. Philippe Bragard considera que “Na verdade, Vauban inclina-se para esta conclusão com base em elementos pré-existentes: por um lado, a antiga fronteira de

497 Bragard, Philippe, *The defensive system of Southern Netherlands under Charles V and Philippe II*, 2016, Câmara Municipal de Almeida, CEAMA nº 13, pp. 221-246.

François I, com as cidades de Ardres, Doullens, Amiens, Catelet, que formam a linha de retaguarda; por outro lado as outras cidades, conquistadas a partir de 1640 e anexadas pela Paz dos Pirinéus (1659) e, em seguida, pelo Tratado de Aachen (1668) e, finalmente, pelo de Nijmegen (1678): Gravelines, Saint-Omer, Arras, Hesdin, Dunkirk, Lille, Ypres, Tournai, Ath, Dinant, Philippeville, Mariembourg, Maubeuge, Le Quesnoy, Landrecies, Avesnes-sur-Helpe, e ainda quaisquer outras cidades fortificadas, anteriormente possuídas pelos espanhóis dos Países Baixos, formando as duas primeiras linhas⁴⁹⁸.



França / Países Baixos Espanhóis ▣ a fronteira com a respectiva evolução nas datas-chave e as linhas definidoras do «pré carré»

3.2.- Alain Manesson Mallet e Sebastien Le Prestre

Quando comparamos o «pré-carré» de Vauban com a obra executada anteriormente pela estratégia de defesa do corredor de penetração do Alentejo, a similitude parece-nos conclusão completamente legítima, tanto mais quanto poderemos encontrar algo de intrigante no conhecido relacionamento de Vauban com Alain Manesson Mallet.

Recém-chegado de Portugal, no rescaldo da Paz de Lisboa (celebrando o fim da Guerra da Restauração, 1640-1668), Allain Manesson Mallet (1630-1706) regressa à sua Paris natal em 1668, depois de cinco anos em que prestou altos serviços no Alentejo, sendo Chefe do Estado-maior o Conde de Schomberg.

498 Bragard, Philippe, op. cit.

A admiração de Mallet por Vauban é confessada expressamente na introdução escrita para a segunda edição (1684) do seu Tratado de Fortificação, contendo o acrescento de uma Terceira parte, versando a actualização possibilitada pela obra do grande Engenheiro de Luís XIV, o qual considera “*incomparable en l’Art de fortifier et d’attaquer les places*”⁵⁰¹.

Porque procurava o Senhor de Vauban, desde há muito, aquele que gostava de se retratar com a divisa de «Engenheiro dos Campos e dos Exércitos do Rei de Portugal»?

A questão intrigante passa certamente por obter informação relevante, justamente naquilo em que era reconhecido como profissional excelente, acabado de escrever a grande obra teórica que o imortalizará e que é fruto dos seus préstimos no Alentejo. Nos seus «Trabalhos de Marte», Manesson Mallet apresenta casos práticos de sua autoria, designadamente a criação (1666) da cintura abaluartada de Arronches (em cujas proximidades se dera importante combate, em 8 de Novembro de 1653, com a derrota dos espanhóis) e de Herrera⁵⁰² (1667), bem como em trabalhos de abaluartamento dos sistemas defensivos de Évora e de Estremoz, isto é, em pontos nevrálgicos da segunda linha do «*pré-carré*» alentejano.

A importância da actividade de Alain Manesson Mallet tem sido negligenciada pela historiografia nacional⁵⁰³, seja no relativo desconhecimento das actuações concretas na fortificação de praças no Alentejo, durante a Guerra da Restauração, seja dos contributos perenes que deixou ao nível teórico. A

501 Alain Manesson Mallet, «*Les Travaux de Mars, ou l’art de la guerre*», nouvelle édition augmentée, t. I, Paris, Denis Thierry, 1684.

502 Numa gravura do «*Travaux de Mars*» Mallet apresenta «*Ferreira*» com planta e vista da fortificação. Trata-se de Herrera de Alcántara, a Norte de Marvão, em território espanhol. É uma povoação de grande interesse histórico para a compreensão de uma sociologia da cultura raiana. Segundo Javier Castro, «num primeiro momento decide-se aumentar as defesas da praça tomando como modelo um antigo projecto de Nicolas de Langres» (...) servindo tal projecto por sua vez àquele que desenha Manesson Mallet, «e que é idêntico ao atribuído a Louis Bordan, que consiste em quatro baluartes nas esquinas e quatro relevins defendendo as cortinas do castelo medieval. No entanto tudo terá sido destruído, se é que se chegou a construir, posto que, a seguir à Paz de 1668, antes de devolverem a praça os portugueses fizeram voar todas as defesas» (2014, J. Javier de Castro Fernández, «*La Frontera de Extremadura durante la Guerra de Restauración. Los ingenieros de la Corona Hispánica*», CEAMA nº 11, C. M. de Almeida, p. 78).

503 É enigmática a falta de um estudo dedicado ao parisiense que foi “engenheiro dos campos e dos exércitos do rei de Portugal” e por quem Vauban manifestava grande estima e, mesmo Alexandre Dumas, através do seu D’Artagnan, uns dois séculos depois, considerava-o “o mais hábil engenheiro do seu tempo” – vd. trilogia dos Mosqueteiros (1883, A. Dumas, “*Le vicomte de Bragelonne*”, chap. LXIX, p.72., Calmann Lévy, Paris).

figura deste engenheiro militar vem sendo enaltecida pelos investigadores franceses a propósito das análises mais avançadas sobre a obra de Vauban, destacando-se o relevo dado na obra de referência⁵⁰⁴ publicada pelas “Editions du Patrimoine”, em 2007.

Mallet sublinha o valor que atribuiu ao seu contacto com a realidade da Guerra da restauração, e dos trabalhos que desenvolveu a partir de 1663, ao serviço do rei de Portugal (circunstância com que se enaltece na grinalda circular do seu retrato): na introdução ao seu tratado escreve⁵⁰⁵ que *«la diversité des villes que j'ai fait fortifier tant au Portugal qu'en Espagne, m'a donné une expérience toute autre que celle qui s'acquiert dans les livres»*. Note-se que nesta sua declaração sobre a experiência portuguesa estará não apenas (ou sobretudo) o elogio de um saber prático mas, provavelmente, a novidade do que foi testemunha e participante. No estudo de Emilie d'Orgeix a que tive acesso⁵⁰⁶ constata-se, a esse propósito, que noutra obra de Manesson Mallet (“Description de l'Univers”, 1683, um atlas em cinco volumes com ao ambição de apresentar as plantas e perfis das principais cidades do planeta), reafirma a importância do seu tirocínio lusitano, chamando para primeiro plano o facto de *«les places frontières de ce pays sont fortifiées à la moderne»* e que ele foi o engenheiro da construção de algumas delas. Confirmando tal asserção, Emilie d'Orgeix revela a descoberta de um códice manuscrito intitulado *«Recueil de plans [sic pour plans] de villes de France, de Flandre, d'Hollande et de Portugal»* (Biblioteca do SHD - Service historique de la Défense, Château de Vincennes, atlas 115), confirmando o grande envolvimento de Mallet em Portugal, ao lado de uma plêiade de engenheiros compatriotas, tais como Pierre Garsin, Nicolau de Langres, Jean Brivois, Jean Gillot, Gilles de Saint-Paul ou Charles Lassart. No referido Códice inédito avulta um conjunto de dez plantas manuscritas de grande dimensão (86 x 67 cms), datadas e assinadas, de cidades e praças-fortes portuguesas, sendo sete do Alentejo (Évora, Estremoz, Elvas, Vila Viçosa, Campo Maior, Juromenha e Beja), a praça de Olivença e mais duas da raia espanhola (Badajoz, Alcántara), completadas com uma grande planta de Lisboa *«fait et levée sur les lieux»*.

504 AAVV, 2007, «Vauban, la Pierre et la plume», Émilie Orgeix et alt., Ed. du Patrimoine - Centre des Monuments Historiques / Paris - Gerard Klopp Editeur/ Luxembourg),

505 Manesson Mallet, 1671, Préface.

506 Émilie d'Orgeix, «ALAIN MANESSON MALLETT (1630-1706) - Portrait d'un ingénieur militaire dans le sillage de Vauban», Comité Français de Cartographie, CFC N° 195 - Março de 2008, pp. 67-74, in <http://www.lecfc.fr/new/articles/195-article-7.pdf>, acedido em 20.12.2015.



Lisboa e Elvas, Alain Manesson Mallet, Biblioteca do Château de Vincennes, Paris. «Receuil de blancs [sic] de villes de France, Flandre, d'Hollande et de Portugal», Bibl. SED, Vincennes, atlas 115.

No estudo de Émilie d'Orgeix (CFC nº 195. Março de 2008, p. 69) há uma revelação curiosa sobre a distribuição que se realiza, em França, dos exemplares da edição de “Les Travaux de Mars”, a cargo dos “dois maiores livreiros parisienses”⁵⁰⁷. (...) “O que é particularmente interessante no caso dos «Travaux de Mars», é que Manesson Mallet vai realmente cumprir o seu projecto, reproduzindo integralmente a primeira edição e juntando-lhe uma terceira parte. Assim, quinze anos passados, em 1684 e 1685, sai uma segunda edição, aumentada e reorganizada em três volumes. (...) Esta segunda edição oferece a oportunidade única de comparar a evolução do seu pensamento e dos temas que interessam à fortificação, uma vez que Manesson Mallet acrescenta as temáticas de actualidade. A edição é realizada num dos maiores impressores-livreiros parisienses, Denys Thierry (Martin 1969, t. II, p. 711). A obra é editada simultaneamente na Holanda por Jan & Gillis Janson, com uma impressão menos cuidada. Tal como aconteceu com a primeira edição, obteve um largo sucesso e foi rapidamente difundida na Europa”⁵⁰⁸

As duas datas de publicação, 1671 e 1684, são primordiais na história da arquitectura militar francesa. No espaço de duas décadas, Vauban acaba de reorganizar a admissão aos cargos, à formação e ao controle daqueles que ele

507 O primeiro, Jean Henault, é o editor (éditeur libraire privé) seleccionado pelos jesuítas, e igualmente um dos dois impressores parisienses que possuíam imprensa própria (Martin H-J, «Livre, pouvoirs et société à Paris au XVIIème siècle / 1598-1701», Genève, Droz, 1969, t. II, p. 570”). O outro livreiro, Claude Barbin, é o editor “des gens de goût”, vendendo os best-sellers da década de 1660, entre os quais as Fábulas de La Fontaine, tragédias de Racine e comédias de Molière, ou as famosas «Lettres» da Religiosa Portuguesa (Martin 1969, t. II, p. 710-711).

508 E. d'Orgeix, op. cit., CFC nº 195, Março de 2008, p. 69.

classifica como “o seu pequeno rebanho”. O número dos engenheiros aumenta consideravelmente, passando de uma vintena durante o reinado de Luís XIII a um número médio de três centenas e meia no final do século XVII. Dentre eles faziam parte muitos dos retornados de Portugal, para onde foram contratados pelas suas qualidades profissionais e onde apuraram as suas capacidades para a exigência de vanguarda que Vauban sabia imprimir às suas concepções. Nesse contingente incluía-se outro engenheiro francês, Pierre de Massiac⁵⁰⁹. Após ter servido em Portugal desde 1649 até 1669, regressou a França para colaborar intensamente com Vauban, nomeadamente nas fortificações de Brouage, da Ilha de Ré e da Ilha de Oléron, seguindo-se os trabalhos nos planos da defesa de Brest. A pronta disponibilidade e a intermutabilidade desse escol do saber da mais importante actividade dos reinos da Europa é o traço caracterizador de uma unificação de metodologias e de expectativas nos resultados, sem divisões de nacionalidade em qualquer dos planos de observação.

4.- ENGENHEIROS E ESCOLAS NO QUADRO EXPERIMENTAL IBÉRICO

Deverá afastar-se a ideia, muito redutora, de que os técnicos da fortificação durante a Guerra da Restauração foram poucos ou de segundas escolhas, fosse pelo empenho de Espanha noutras frentes (porventura mais preciosas a ponto de justificar uma evidente derrota estratégica), fosse porque a nova Dinastia portuguesa não estivesse apetrechada dos meios imprescindíveis. Na verdade, quer de um lado, quer do outro, verificaram-se contributos de primeira água e em número muito considerável, fazendo pensar naquilo que por vezes se evidencia como o centro da política de obras públicas da Europa Moderna, com a guerra sempre ocupando a economia do Estado, justificando o desejo de progressivo aumento do poder do sistema.

Um tal panorama parece, pois, desmentir as asserções que facilitam explicações simplistas para o sucesso da causa portuguesa. A vitória da nova dinastia não foi facilitada porque os castelhanos estivessem mais preocupados com a Catalunha (onde também havia engenheiros e comandantes portugueses destacados por Filipe IV nessa frente) ou porque dessem prioridade aos domínios dos Países Baixos, ou de outras paragens.

Na verdade, o número de engenheiros, prioritariamente provenientes da escola jesuíta da Flandres (e que eram o alfobre do conhecimento da astronomia, da matemática e das novas técnicas da guerra, caldeado por uma ex-

509 Senhor de Sainte-Colombe, nasceu em 1616 em Narbonne, tendo morrido em 1682 em Brest, empenhado na concretização da obra de Sebastien le Prestre.

periência que transformara a região num laboratório exaustivo de métodos e táticas que continuará até ao final do século XVII, com a obra fortificada de Vauban) foi avassalador na emergência da questão da soberania de Portugal⁵¹⁰.

A formação desses quadros, maioritariamente jesuítas, começara pelo menos um quarto de século antes, como resposta às carências ditadas pela Guerra dos Trinta Anos.

Em artigo⁵¹¹ de 2013 tivemos ocasião de sublinhar a importância e alcance de um ensino muito qualificado (e que teve reflexos objectivos na especialização da erecção da fronteira abaluartada), elencando os nomes e as actividades de ensino orientado para a fortificação, no período posterior à criação do Colégio novo de Santo Antão (1590), a partir da colecção de manuscritos das aulas que se conservam na Biblioteca da Ajuda: João Delgado (1553-1612, dando início ao ensino das Matemáticas Jesuíticas), Christoph Grienberg (1564-1636, estudou no Centro da Europa, ensinando depois em vários centros, e em Lisboa entre 1599 e 1602), Francisco da Costa (1567-1604), António Leitão (1567-1631), Giovanni Paolo Lembo (1570-1618, dando aulas em Santo Antão entre 1615 e 1617), Johann Crysostomus Gall (1586-1643, leccionando desde 1627 até 1629, tendo então partido para a Índia),

510 O ensaio de Javier de Castro apresentado no Seminário Internacional de Almeida de 2013, traz informação fundamental para o estudo do assunto, cobrindo um largo espectro de acções participadas por uma geração pré-vaubiana pouco estudada até então (publicado em 2014, J. Javier de Castro Fernández, «La Frontera de Extremadura durante la Guerra de Restauración. Los ingenieros de la Corona Hispánica», CEAMA nº 11, C. M. de Almeida, pp. 64-87). A participação entusiasta dos jesuítas na questão da independência de Portugal estava eivada de profundo sentimento patriótico, sendo esse aspecto, segundo o autor citado, raramente realçado : « os jesuítas portugueses apoiaram sem reservas a independência do reino e os espanhóis não menos o seu, tendo o Provincial de Espanha ordenado aos seus jesuítas, em Junho de 1641, que obedecem às ordens de Filipe IV e não ao Geral da Ordem».(...) «A implicação da Ordem excede a pura teoria, passando a participar activamente nas campanhas militares. Esta situação tornou-se insustentável, desembocando na expulsão de João Cosmader da Companhia de Jesus e, em 1648, o próprio Geral da Ordem, a partir de Roma, proibirá aos jesuítas o ensino das fortificações, embora tal só se normalize após a morte desta geração de combativos engenheiros-jesuítas» (op. cit., p.64). A importância da acção dos jesuítas pode ser aferida pelo facto de os príncipes da coroa de Portugal (D. Teodósio de Bragança) e da coroa de Espanha (Baltasar Carlos de Austria e Juan José de Austria) serem ensinados e terem promovido o ensino da fortificação por proeminentes nomes da Companhia vindos da Flandres. João Cosmader foi professor do príncipe herdeiro português, tendo este fundado, em 1651, um centro de ensino especializado em Elvas, sob a direcção do jesuíta Tomás Audueno. Baltasar (que realizou um curioso projecto em 1644) foi aluno de Francisco António Camasa e Juan de Austria foi aluno de Faille (cf. op. cit. p. cit.).

511 2013, João Campos, «Medindo o Céu e Construindo Baluartes – A Importância do Ensino Científico dos Jesuítas em Portugal», CEAMA nº 10, C. M. de Almeida, pp. 31-46),

Cristoforo Borri (1583-1632, ensinando em Portugal desde 1626), Ignace Stafford (1599-1642, inglês, deixando vasta obra matemática, incluindo um compêndio de arquitectura militar), Simão Falónio (c. 1604-1642, irlandês, com aprendizagem em Portugal e, seguidamente, sendo docente de matemáticas e exercendo tarefas operacionais na fortificação na emergência da Guerra da Restauração), Jan Ciermans (1602-1648, veio de Lovaina já reconhecido como especialista, leccionando em Lisboa em 1642 e 1643, após o que se embrenhou na prática da fortificação no Alentejo), Hendrick Uwens (1618-1656, companheiro flamengo de Pascácio, acompanhou-o em 1641 e leccionou em Lisboa até 1646), John Farrington (1615-1656, inglês, dando aulas em Lisboa entre 1649 e 1652), Valentin Stancel (1621-1705, da Europa Central, chegando a Portugal em 1657 para leccionar em Lisboa e em Évora⁵¹², seguindo depois para a Baía / Brasil, em 1663).

Os antecedentes da aprendizagem necessária aos desenvolvimentos atingidos na realização da fronteira moderna deram efectivos frutos, aumentados pelo chamamento de uma geração técnica que viu no conflito ibérico a oportunidade de pôr em prática os seus conhecimentos. Foi então possível dispor, para ambos os lados da contenda dos limites de Portugal, de técnicos altamente especializados, seja Jan Ciermans (João Pascácio Cosmander)⁵¹³ ou, destacado em Badajoz em 1647-1648, um dos grandes tratadistas da época, o jesuíta espanhol Juan de Santans y Tapía⁵¹⁴.

Nessa primeira fase das operações destacam-se ainda outros nomes na formação dos jesuítas-engenheiros que iluminaram o saber de uma cosmografia nova. “Filipe IV mobilizou [para além dos dois atrás mencionados] os seguintes jesuítas-engenheiros: Francisco de Monzón e Cláudio Ricardo na fronteira da Galiza, José Martinez no sector de Monterrey-Puebla de Sanábria,

512 Note-se que, em pleno epicentro do esforço de contenção dos esforços espanhóis para aniquilar as pretensões da independência, a Companhia de Jesus portuguesa abriu, em 1551, o Colégio de Évora, paralelamente à criação, pelo responsável Simão Rodrigues (um dos fundadores da Ordem com Inácio de Loiola) do Colégio de Santo Antão-o-Velho e o de Coimbra (ambos em 1542), sendo o de Santo Antão-o-Novo aberto em Lisboa em 1553.

513 Depois de ter ensinado no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, Cosmander é referenciado no Alentejo em 1643. Ao longo de quatro anos (1647, quando é incorporado nas hostes castelhanas, ao serviço de quem morre em combate em Olivença, em Junho do ano seguinte) produz intenso trabalho nas fortificações de Évora, Estremoz, Olivença, Campo Maior, Castelo de Vide e Juromenha.

514 Foi ele que orientou a planificação ofensiva do dispositivo fortificado da Estremadura espanhola, incluindo o abaluartamento das defesas de Badajoz e, até, na emergência da resposta à realização do projecto de Almeida, deu a traça para a elevação de um pentágono de baluartes muito moderno, em Gallegos de Argañan, entre Ciudad Rodrigo e a fronteira.

Juan Carlos de la Faille⁵¹⁵ em Ciudad Rodrigo e Francisco António Camasa na Estremadura. Por sua parte, João IV contava com os padres Simão Falónio e João Cosmader para a fortificação de Lisboa e do Alentejo”.⁵¹⁶

Na percepção de tão diversificado e vasto panorama de teóricos e técnicos ao serviço da configuração moderna da Europa, outros nomes, nacionais e estrangeiros, poderemos juntar, salientando-se a participação de um escol francês, carregando a tradição de nomes como Jean Errard, Blaise Pagan ou Antoine de Ville. Em resposta ao pedido de auxílio de D. João IV, por acordo firmado com Luís XIII, o Cardeal Richelieu enviara, para além de logística apreciável, técnicos de apreciável gabarito, como os engenheiros Gilles de Saint-Paul e Pierre Garsin, ambos sendo empregues na construção de Almeida. Além deles ressalta o nome de Charles Lassart, que culminará a sua carreira como Engenheiro-mor e Chefe do Estado-Maior, orientando a disposição geral do aparato defensivo do país no início da guerra. Numa corrente que não parece acabar, vemos ainda actuar Nicolau de Langres na fronteira alentejana (contratado em 1644 na corte de França, e morrendo em 1665, embora se tivesse passado para o lado espanhol em 1662), onde também serviu um flamengo protestante, Jan Gillot, que viera como assistente de João Cosmader, trabalhando directamente nos Fortes de Santa Luzia e de Juromenha, até 1657.

O referido Lorenzo Possi⁵¹⁷ é um dos últimos técnicos qualificados que foram contratados em Itália, os quais manterão laços com Possi, *“en la última fase de la guerra de Portugal. Primero lo hizo Ventura de Tarragona en 1657, años despues, en 1661, lo harían Marco Alessandro del Borro, Jerónimo Rinaldi, Juan Bautista Ruggero y Ambrósio Borsano. Por último, el próprio Lorenzo Possi y Esteban Matteini se incorporan a este frente en 1665. Todos estes militares, profisionales de la fortificación, coincidirán com Possi en el asedio de Vila Viçosa y en la batalla de Montes Claros en el verano de 1665.”*⁵¹⁸

515 Jan-della Karel Faille era flamengo, tendo-se formado em Lovaina, de onde partira cedo para Madrid, em 1626, tendo servido Filipe IV na fronteira da Estremadura entre 1641 e 1644, sendo depois utilizado na Catalunha, em Nápoles e na Sicília).

516 2014, J. Javier de Castro Fernández, «La Frontera de Extremadura durante la Guerra de Restauración. Los ingenieros de la Corona Hispánica», CEAMA nº 11, p.64.

517 Integrado num terço de infantaria recrutado no reino de Nápoles e na Toscana, Possi chega a Badajoz na primavera de 1665 (no esforço do marquês de Caracena para inverter o rumo da guerra depois dos desaires de João de Áustria), tendo regressado a Itália cerca de um ano depois de terminados os conflitos, possivelmente para compor os materiais das fortificações que tanto tinham interessado a Cosme III, e que ele reunirá em álbum para ofertar mais tarde à casa ducal reinante.

518 Carlos Sánchez Rubio Rocío Sánchez Rubio e Isabel Testón Núñez, *Al servicio de Cosme de Medici. Las plazas portuguesas en el Atlas de Lorenzo Possi (1687)*, in «O Pelourinho» nº 19, 2016, p. 56.

Em relação aos nomes portugueses bastará referir Luís Serrão Pimentel, Engenheiro-mor, o nome cimeiro da fortificação portuguesa do século XVII, autor do primeiro grande tratado de fortificação portuguesa, o *Método Lusitânico*.

Como já se poderá depreender, no contexto europeu de meados de Seiscentos, será muito difícil convir na existência de grupos mais ou menos estanques de peritos na construção do abaluartado. Com Javier de Castro, concordamos em que a explicação para a designação habitual de “escola nacional de engenharia” estará simplesmente nas aspirações ou interesses nacionalistas que cada Estado veiculava (a Holanda, a Norte dos Países Baixos Espanhóis, Portugal e a dinastia de Bragança, a França saindo da Crise da Fronde e mantendo a beligerância com Espanha, a Áustria em constante sobressalto da ameaça Otomana, a Itália carecendo de uma unidade nacional, política e territorial), sendo notório que “as diferenças são artificiais, com poucos matizes ou detalhes, em caso algum com suficiente entidade para se individualizar”.⁵¹⁹

Outro prisma de análise será a constante observação de alteração de soluções, provenientes por vezes de engenheiros que aprenderam na mesma escola, comprovando a originalidade e imprevisibilidade das soluções, as quais não advêm do facto de se desenhar de acordo com as medidas e proporções de algum proeminente tratadista de uma dada escola, francesa, italiana, espanhola ou flamenga: Camasa actua em Badajoz em equipa com o comandante Juan de Garay até 1643, sucedendo-lhes Faille e o militar Diego de Benavides. Para a questão de proteger a cidade actuando no padraço de San Cristóbal, que domina a cidade, as duas equipas têm soluções bem diferentes⁵²⁰, embora ambos tenham a mesma formação teórica. O mesmo sucedeu em Elvas, com as decisões desencontradas sobre a concretização possível do Forte de Santa Luzia, discutindo-se as soluções diferentes de três engenheiros (Charles Lassart, Jerónimo Rosseti e, finalmente, João Cosmader) para ainda haver uma proposta de Nicolau de Langres, com uma obra avançada de dimensão extraordinária, a qual englobava o padraço de S. Mamede (também ele, por fim, defendido com um fortim)⁵²¹.

A barreira defensiva abaluartada construída pelos engenheiros militares ao serviço da coroa portuguesa ao longo da raia entre Portugal e Espanha,

519 J. Javier de Castro Fernandez, op. cit., p. 65.

520 Os primeiros « optam por um hornaveque aberto que pode ser batido a partir da povoação ; os segundos preferem um forte encerrado » (Javier Castro, op. cit., p. 66)

521 Ver nota de rodapé in Javier Castro, op. cit., p.66.

consolidando a velha linha de fronteira que havia sido definida nos séculos centrais da Idade Média, é única no mundo pela historicidade do seu traçado (a mais antiga fronteira europeia com tratado em vigor) e pela variedade das soluções fabricadas⁵²². Erguidas *ex novo*, ou adaptando fortificações pré-existentes, a obra concretizada durante a Guerra da Restauração (1640-1668)⁵²³ inscreve-se na tessitura do tempo longo, constituindo-se como expressões construídas da História de Portugal, da Europa e do Mundo.

Expressão da difusão dos modelos de engenharia militar abaluartada sucessivamente experienciados na Europa (com notória primazia para os contributos italianos, ibéricos, holandeses, franceses, suecos e da Ordem dos Hospitalários) e da sua aceitação e de posterior difusão pelo ‘novo mundo’, as fortalezas abaluartadas da raia de Portugal-Espanha não se projectaram isoladamente, mas como partes de um complexo e integrado sistema de defesa do território, estruturado a Norte pelos subsistemas de Valença e de Chaves, ao centro pelo subsistema de Almeida e a sul pelo subsistema de Elvas.

522 «Com mais de 1300 km de comprimento, dos quais 1291 fixados internacionalmente pelos dois países, a fronteira terrestre portuguesa é comparável em extensão à linha de costa (1373 km)», de acordo com Maria Helena Dias (Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa) in «Finis Portugaliae – Nos Confins de Portugal / Cartografia Militar e Identidade Territorial », ed. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, 2009, p. 8. A continuada existência de diferendo diplomático sobre a designada « questão de Olivença » (decorrendo da Guerra das Laranjas, 1801) justifica a falta de reconhecimento oficial da fronteira entre Espanha e Portugal na extensão de umas escassas três dezenas quilómetros. Sobre a diferente condição conceptual dos limites territoriais enquanto « Raia » (ou fronteira terrestre) e fronteira marítima, note-se que esta ficou militarmente protegida com antecedência em relação àquela, já que a modernização se verificou no século XVI, e largamente durante o período filipino. A preocupação dos espanhóis era garantir a defesa do reino de Portugal, governado pelo mesmo rei de Madrid, e como forma de proteger a própria Espanha da invasão das potências marítimas emergentes e que ameaçavam a hegemonia ibérica nos mares, designadamente a Inglaterra. Deste modo, sendo a maioria dos grandes trabalhos de defesa marítima, na costa continental portuguesa e, igualmente, nas ilhas do Atlântico, anterior à grande obra de re-fortificação da Raia, denotam-se diferenças tipológicas e estratégicas relativamente à unidade conceptual desta. No entanto, os grandes princípios da modernidade funcional e das técnicas construtivas modernas já se anunciavam plenamente, de Norte a Sul do litoral português (salientando-se estruturas particularmente significativas como, por exemplo, as Fortalezas de Santiago em Viana do Castelo ou de São Brás em Ponta Delgada, São Julião da Barra de Lisboa ou o Forte de São Filipe de Setúbal).

523 Conquanto declarado o estado de guerra, o primeiro confronto militar só teve lugar em 1644, a 26 de Maio. O exército português, com cerca de 7000 homens, comandados por Matias de Albuquerque, tinha tomado de assalto a vila fronteiriça de Montijo, a nordeste de Badajoz. Ao regressarem a Portugal teve lugar um recontro, na margem esquerda do rio Guadiana, com um contingente militar espanhol de 8500 homens, comandados pelo barão de Mollingen, acabando por dar a vitória aos portugueses.



Na observação do mapa da Raia verificam-se duas concentrações maiores de implantação de fortificações: na fronteira do rio Minho e na frente do Alentejo, contra a Estremadura espanhola.

A primeira, se bem que caracterizada igualmente pela existência de exemplares representativos da vanguarda construtiva do abaluartado moderno (e desde logo a imponente Praça-forte de Valença), é o resultado de uma lenta sedimentação da ocupação do território, muitas vezes contemporizando com localizações de uma nacionalidade imbricadas em contexto territorial da nação vizinha e rodeadas de fortificações inimigas. Esse era o modelo que Vauban desejava resolver, clarificando uma coerência defensiva que evitava uma espécie de saltos-de-cavalo no xadrez das posições estratégicas provenientes do fundo do poder medieval, onde cada castelo se encarregava de assegurar os domínios de um senhor. Essa densidade foi sendo clarificada, ganhando uma coerência natural, fortemente determinada pelo leito marcante do rio.

Já no caso do sistema alentejano, a barreira natural não coincide com a anteposição do necessário entrave ao eixo de penetração mais fácil de Portugal, na linha mais curta em direcção à capital do país. São disposições conjugadas entre a implantação criteriosa das fortificações e a capacidade que elas possuem de projectar forças no terreno, numa estratégia de posição e de movimentação rápida das forças de ataque, com capacidade de recolha e defesa perante assédios (tão devastadores como derrotas em campo aberto).

Note-se, em abono do que queremos dizer, que a progressão de um ataque em profundidade tem que ter a compensação constante do apoio de retaguarda. O caso mais evidente é o da longa investida de João José de Áustria, comandando o exército espanhol para subjugar Lisboa, chegando a tomar a cidade de Évora. Ora, o corte que as fortalezas portuguesas do hinterland do interior alentejano provocavam nas relações com as linhas de apoio espanholas, tornaram inoperativa a progressão do exército inimigo. Para além da perda de tempo, associada à necessidade de melhorar as defesas, João de Áustria não conseguiu receber os reforços necessários ao dimensionamento da expedição contra a capital, acabando por ter que retirar.

As diversas linhas de investigação vêm convergindo no enunciado que propus para esta memória. E, afinal, mais não faço (se é que consigo atingi-lo adequadamente) do que convergir no que outros estão dizendo igualmente, de modo mais ou menos convergente: seja Philippe Bragard (recuando para um tempo ao invés, na soberania complexa dos Países Baixos, ainda de antes da Guerra da Restauração na Raia de Portugal), seja Moisés Cayetano, apontando, numa época anterior à enunciação do «*pré carré*» de Vauban, para a estratégia

alcançada em meados do século XVII com o posicionamento das máquinas de guerra construídas. No estudo deste autor em que nos vimos apoiando, salienta-se que, “cuando Juan José de Austria consigue tomar Évora el 22 de mayo de 1663, comete el grave error de tomar esta población de ‘segunda’ retaguardia dejando atrás las plazas de Elvas en vanguardia y Estremoz (a médio caminho entre ambas: primera retaguardia); no se atrevió a abordarlas dadas sus consistentes fortificaciones, pero quedó aislado ‘en território enemigo’ por todos lados, com fortalezs razonablemente bien formadas. Y así, ha de capitular el 24 de junio, tras la derrota de Ameixial. Esa especie de tenaza que forman las fortificaciones abaluartadas de vanguardia portuguesa en la frontera frente a Badajoz, integrada por Campo Maior al norte (a 16 kilómetros de la ciudad extremeña), Elvas al centro (a 14 kilómetros) y Olivença (a 24 kilómetros), se continúa de inmediato al interior en dos líneas de retaguardia.”⁵²⁴

As linhas (frente e retaguarda) que traçamos nesta apresentação tentam englobar, o mais simplificadaamente possível, o espaço geográfico alentejano-estremenho, na globalidade e enquanto cenário da componente mais ampla da Guerra da Restauração. Trata-se da tentativa de fixação de uma matéria em que se deve trabalhar no sentido de alcançar uma concordância no essencial, implicando sempre a aceitação da análise do conjunto do sistema – o qual, na sua dimensão maior, é a totalidade das fortificações abaluartadas da fronteira de Portugal.

5.- “FORTALEZAS ABALUARTADAS DA RAIA” – UMA CANDIDATURA A PATRIMÓNIO MUNDIAL, EM SÉRIE E TRANSFRONTEIRIÇA

Será oportuno abordar, nesta ocasião, a questão recorrente da classificação patrimonial das fortificações da fronteira de Portugal e seu reconhecimento pela UNESCO. Portugal não dispõe de exemplares medievais de valor excepcional para, no plano mundial, desejarmos um reconhecimento da comunidade internacional. Já no que se refere ao período moderno, somos naturalmente encaminhados para as realizações ocorridas na Guerra da Aclamação da Dinastia de Bragança⁵²⁵ e, obrigatoriamente, para os casos de fortificações

524 Moisés Cayetano (op. cit., pp. 29-30), especificando logo de seguida sobre a composição de uma 2ª e outra 3ª linhas: “Una primera integrada por Arronches, al norte de Campo Maior, que junto a esta y la población dependiente de la misma, Ouguela, controlan a Albuquerque (Arronches y Ouguela en cuanto a la Raya integran línea de vanguardia, pero respecto al corredor Madrid – Lisboa vienen a ser primera retaguardia, como ‘escudo’ en el norte geográfico del corredor). Al sur, Juromenha refuerza a Olivença. La segunda retaguardia queda formada por Vila Viçosa, Estremoz y Évora, en el caminho directo hacia Setúbal y Lisboa.”

525 É verdade que, nas realizações de vanguarda da arquitectura abaluartada, existem

que apresentam indiscutíveis condições no domínio da sua autenticidade e conservação.

Os municípios que possuem exemplares capazes de ombrearem num conjunto homogéneo e historicamente justificado e que apliquem critérios de salvaguarda e utilização potenciadores do seu interesse, deveriam deixar de pensar de um modo egoísta e, antes, agregarem-se numa rede que se impõe no quadro indiscutível do carácter excepcional do seu significado cultural, a nível nacional e internacional.

Esse princípio (buscado desde 2009, tendo na altura levado à representação formal da candidatura da Praça-forte de Almeida, mas que foi desrespeitada) está em marcha com a submissão à Comissão Nacional da UNESCO, em Fevereiro passado, do formulário de inscrição na Lista Indicativa da Convenção do Património Mundial de um conjunto de bens em Série e transfronteiriço, designado “Fortalezas Abaluartadas da Raia”, subscrito pelas Câmaras Municipais de Almeida, Elvas, Marvão e Valença.

As fortalezas de Almeida, Elvas, Marvão e Valença, com as demais que construíram a fronteira moderna de Portugal, inscrevem-se na tessitura do tempo longo, expressão consumadas da História de Portugal, da Europa e do Mundo. Na originalidade da construção dessa raia foram ensaiados métodos defensivos e visões estratégicas, durante a Guerra da Restauração, que anteciparam soluções de imediato consagradas, designadamente na obra de Vauban, como é o caso do «*pré carré*» implementado na frente fronteiriça do Alentejo / Estremadura.

Os engenheiros e arquitectos militares que projectaram as fortificações abaluartadas da raia de Portugal-Espanha não se limitaram a repetir modelos padronizados, antes inovaram, construindo soluções únicas, determinadas quer pela adaptação inteligente às especificidades geográficas de cada sítio, ora na planície, na montanha ou na bordadura de grandes rios, quer pela diversificada valorização plástica de cada construção, de superior qualidade arquitectónica.

No quadro das fortificações abaluartadas já inscritas individualmente ou em série como património mundial, representativas das múltiplas escolas

referências de grande importância, quer em território nacional, quer nos domínios da Expansão, e que já foram objecto do maior galardão internacional. Basta recordar os casos da Torre de Belém (classificada pela UNESCO, de forma integrada no conjunto dos Jerónimos) ou de Mazagão e Bahrein, anteriores ao período filipino. E até poderemos admitir atribuição idêntica a um ou outro caso, fora de Portugal, pelo excepcional valor patrimonial no contexto histórico e cultural que representam, como a fortificação de Safi e, talvez mesmo, Azamor, em Marrocos, dos começos do século XVI.

européias da arquitectura militar abaluartada, que se desenvolveram na Europa a partir do século XVI e depois se difundiram por todo o mundo, deve notar-se a ausência de um conjunto vinculado a uma fronteira histórica que permaneça vigente ao longo de um espaço de mais de sete séculos. Por outro lado, quando invocamos a produção moderna da edificação militar a que generalizadamente se atribui a designação de “estilo do tipo Vauban”, ressalta que a Raia de Portugal, no panorama europeu e a seguir ao caso francês e à situação específica de Malta, em face das devastações e adaptações reconstitutivas ocorridas na maior parte dos países (como, por exemplo, a Bélgica, a Holanda ou a Alemanha), é o sistema que apresenta, do ponto de vista da sua genuinidade, o maior destaque enquanto conjunto, dada a contemporaneidade, autenticidade e integridade do património em observação.

Tal como dissemos atrás acerca da imperiosidade de este património específico ser apreciado no conjunto que o qualifica, apenas esse é o caminho que pode gerar aceitação no areópago internacional da classificação pretendida. Sejam claros: Vila Viçosa tem, sem sombra de dúvida, exemplares muito valiosos no domínio da arquitectura militar, como é disso exemplo o notável Castelo Artilheiro (espécime que enquadra a discussão europeia da vanguarda da modernidade, antecipando algumas realizações singulares da arte da guerra e da discussão mesma da independência de Portugal), ou até a teoria implícita na valia dos projectos de grande alcance elaborados por Nicolau de Langres⁵²⁶. Porém, numa avaliação com bens congéneres de outros países, poderão não suplantar o interesse respectivo, como superlativo exemplo de ca-

526 Chegado ao Alentejo em 1644, com um contrato por três anos, este engenheiro de Richelieu prolongou a sua acção por muito mais tempo, tendo morrido justamente no cerco de Vila Viçosa, que antecipou a batalha dos Montes Claros, em meados de 1665, mas já ao serviço de Espanha. Tal como acontecera com Cosmander (de quem herdou o comando das tropas e das edificações na província do Alentejo quando o jesuíta João Pascácio se passou para o inimigo, em 1648), Langres possuía o conhecimento integrado que explica o valor do sistema da defesa – razão pela qual a fidelidade destes homens era tão posta à prova. Essa é uma demonstração do princípio de que só o domínio do conjunto explica o conhecimento de cada peça ou, dizendo ao contrário, o valor de cada peça isolada não atinge a plenitude senão explicada no seu rigoroso contexto global. Tal postuladado tornava imprescindíveis os engenheiros militares no acompanhamento dos exércitos para as tácticas concretas de ataque, na medida em que eles eram detentores de saberes inovadores da arte da construção. À par de outras fortificações, plenas de modernidade (Estremoz, Campo Maior, Marvão, Olivença ou Juromenha), Nicolau de Langres desenhou as linhas maiores de defesa de Vila Viçosa. Conquanto não se tenham realizado, o significado imanente da elaboração do projecto constitui documento integrante do significado cultural da fronteira portuguesa. Guarda-se na Biblioteca Nacional de Portugal um álbum de Nicolau de Langres com 57 originais de *Desenhos e Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal pelo Tenente General Nicolao de Langres Francez, que servio na guerra da Acclamação*.

rácter universal. Nestas coisas da Convenção da UNESCO, o orgulho nacional, e menos ainda o fervor regionalista ou local, não são critérios que sustentem uma candidatura. Para nos vermos reflectidos pelo que temos de melhor, no quadro da Humanidade, haveremos de encontrar uma metodologia de maior acerto e coesão, implicando uma visão abrangente e segura – muitas vezes ignorada pelo modelo português de promoção de candidaturas de bens a Património Mundial⁵²⁷.

Ora acontece que as “Fortificações Abaluartadas da Raia” albergam dentro de si um conjunto irrepetível de atributos e competências que não competem com semelhantes. Em primeiro lugar, a reafirmação de uma Linha de Limites nacionais, por parte de uma nação que se respalda na afirmação de uma identidade e que, para tanto, reconstrói um sistema próprio de governação fazendo guerra ao Estado mais poderoso do mundo de então.

A fronteira portuguesa inscreve-se na história da Civilização europeia como um facto de especial significado cultural, dada a antiguidade e permanência desde a Idade Média, traduzida num documento diplomático relativo ao estabelecimento de limites de soberania, o qual se mantém em vigor há mais tempo no mundo – o Tratado de Alcañices (1297). Essa delimitação, confirmada no Livro das Fortalezas de Duarte Darnas (1510) aquando do projecto de união ibérica entre o Rei D. Manuel de Portugal e os Reis Católicos, corresponde exactamente à realização do conjunto de fortificações modernas, no decorrer da Guerra da Restauração (1641-1668), dando lugar a um património de arquitectura militar que deve ser lido, na sua conservação e autenticidade, como um bem de carácter único no panorama universal⁵²⁸.

527 Sou contrário ao modelo de trabalho que, na prática, outorga aos municípios competências para a apresentação de propostas. Tal deveria estar-lhes vedado, para tanto devendo a Administração Central compagnar a sua actuação, desde o início de qualquer processo que vise a obtenção do galardão da UNESCO, com os princípios do tratado subscrito em 1979 pelo Governo da República Portuguesa (Decreto nº49/79, de 6 de Junho). O que se passa em Portugal é que a Comissão Nacional da [para a] UNESCO, organismo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, se alheia até muito tarde das acções fragmentadas de promoção sedeadas nos municípios, conduzindo a desgastes escusados de que o mais comum é a frustração por um fim de linha sem perspectivas, a não ser (nos casos mais bem desenvolvidos) o aumento do conhecimento cultural e do orgulho pela sua salvaguarda. Sem querer lançar qualquer anátema quanto a boas intenções (que as haverá sempre, genuinamente), o panorama é o do desperdício de orçamentos com afectações de recursos e tempos injustificados, a não ser para uma das pechas que servem pequeninos propósitos eleitoralistas, ombreando com a concepção de rotundas nos centros urbanos (incluindo os históricos).

528 Tratando-se de um património vivo, ocorre a possibilidade de comparação da “Raia” de Portugal e Espanha com o valor dos bens histórico-arqueológicos classificados pela

Essa fronteira foi realizada por Portugal com sucesso, numa concepção vanguardista da arte de fortificar. Releva-se o seu carácter de sistema (e também a complementaridade com realizações no espaço espanhol), ao longo dos 1300 Kms de extensão da Raia, na qual perduram traços sociológicos e culturais próprios das comunidades que habitam a faixa fronteiriça, com os laços de união e convivialidade que contrapõem os traços de uma cultura da paz, em paralelo com as necessidades de afirmação identitária de um país.

Não é por isso despciendo trazer para essa caracterização o próprio “Tratado de Pazes” firmado em Lisboa em 1668, ao estatuir, logo do seu Artigo III (após os iniciais protocolares referentes a cada um dos Estados outorgantes), que a fronteira é um espaço de convivialidade dos povos que habitam um e outro lado da linha de soberania. Não existe, na vontade soberana de Portugal (a que Espanha se irmana), afirmação de incompatibilidade, exclusão ou impermeabilidade a uma vida de relação: tal singelo facto faz agregar o valor de uma herança cultural imaterial que compõe o significado amplo da Raia, exemplo oferecido a um mundo de convulsões, sinalizando assim este traçado histórico já consuetudinário⁵²⁹.

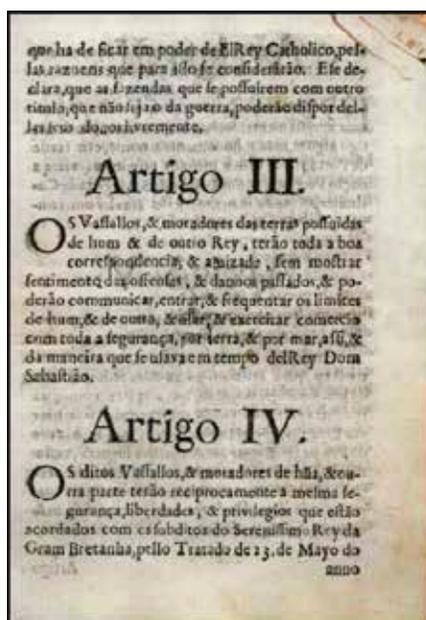
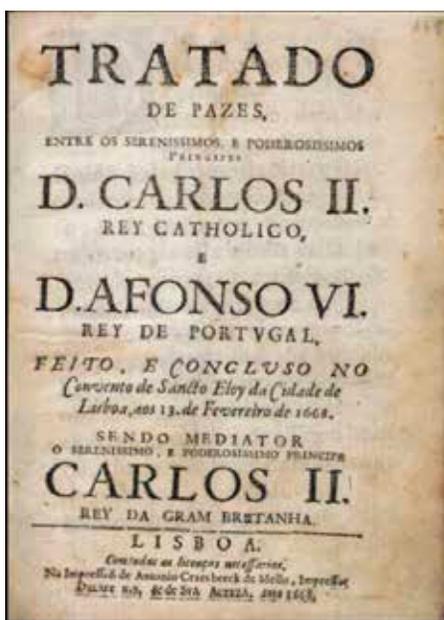
Expressão da difusão dos modelos de engenharia militar abaluartada sucessivamente experienciados na Europa (com primazia para os contributos italianos, ibéricos, holandeses, franceses, suecos e da Ordem dos Hospitalários) e da sua aceitação e de posterior difusão pelo «novo mundo»⁵³⁰, as forta-

UNESCO do «Limes Romano» e da Grande Muralha da China (ambos inscritos na Lista do Património Mundial em 1987).

529 Diz o Artigo III: “Os Vassallos e moradores das terras possuídas, de um e de outro Rei, terão toda a boa correspondência e amizade, sem mostrar sentimento das ofensas e danos passados, e poderão comunicar, entrar e frequentar os limites de um e de outro, e usar e exercitar comércio com toda a segurança, por terra e por mar, assim e da maneira que se usava em tempo d’el Rei Dom Sebastião” (*Tratado de pazes, entre os serenissimos e poderosissimos Principes D. Carlos II, Rey Catholico, e D. Afonso VI, Rey de Portugal, feito, e concluso no Convento de Sancto Eloy da Cidade de Lisboa, aos 13 de fevereiro de 1668 : sendo mediator o serenissimo, e poderosissimo Principe Carlos II, Rey da Gram Bretanha, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor Del Rey N.S. & Sua Alteza*).

530 A consciência de uma compreensão integrada deste tipo de património vem fazendo caminho nas preocupações internacionais da classificação do património, como é exemplo o caso do Brasil, com proposta de inscrição na Lista Indicativa para a Convenção da UNESCO contemplando a selecção de 19 fortificações abaluartadas, representativas das construções implantadas nos pontos que serviram para definir as fronteiras marítimas e fluviais que resultaram no maior País da América Latina (São José, em Macapá, Forte Coimbra, em Corumbá, Forte de Príncipe da Beira, em Costa Marques, Reis Magos, em Natal, Forte de Santa Catarina, em Cabedelo, Santa Cruz (Forte Orange), em Itamaracá, São João Batista do Brum, no Recife, São Tiago das Cinco Pontas, no Recife, Santo Antônio da Barra, em Salvador, São Diogo, em Salvador, São Marcelo, em Salvador, Santa Maria, em Salvador,

lezas abaluartadas da Raia de Portugal não se projectaram isoladamente, mas como partes de um sistema, complexo e integrado, de defesa do território, estruturado a Norte pelos subsistemas de Valença e de Chaves, ao centro pelo subsistema de Almeida e a sul pelo subsistema de Elvas, constituindo-se como expressões construídas da História de Portugal, da Europa e do Mundo. Na originalidade da construção da moderna fronteira foram ensaiados, durante a Guerra da Restauração, métodos defensivos e visões estratégicas que anteciparam soluções de imediato consagradas, designadamente na obra de Vauban, como é o caso do «*pré carré*» *avant-la-lettre*, implementado na frente fronteiriça do Alentejo / Extremadura.



A concretização da moderna fronteira fortificada na Raia de Portugal implicou, num muito reduzido período de tempo, uma concentração de esforços científicos e técnicos de grande amplitude e com um alcance nunca conseguido em outro lugar, constituindo a expressão do completo domínio

N. S. de Mont Serrat, em Salvador, Santa Cruz da Barra, em Niterói, São João, no Rio de Janeiro, Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá, São João, em Bertioga, Santa Cruz de Anhanomirim, em Governador Celso Ramos e o Forte de Santo Antônio de Ratonas, em Florianópolis).

da arte da fortificação abaluartada que, já desde o século XVI os arquitectos e engenheiros militares portugueses aplicavam em África e no Oriente.

A juntar aos quatro monumentos de Almeida, Elvas, Marvão e Valença, unidos na pretensão portuguesa em curso junto da Comissão Nacional da UNESCO, Vila Viçosa, com outros exemplos patrimoniais, poderá trabalhar concomitantemente para, rapidamente, ser erigida uma candidatura inquestionável na sua grandeza e impacto no quadro cultural global⁵³¹.

Este desejo ansiado é o que justifica estarmos aqui reunidos mais uma vez, celebrando umas Jornadas que a militância do Professor Doutor Moisés Cayetano Rosado vem edificando a cada ano que passa, prestando público tributo à Cultura Raiana. O seu amor às fortificações que marcam esse território, reconhecido na sua compreensão integrada e multitudinária como aquisição cultural para a Humanidade, tem por declarado intuito a sensibilização dos portugueses e dos espanhóis para algo que apenas eles possuem, no concerto das nações – e por isso tem que ser celebrado como Património Mundial.

Para o ano, na Primavera, em Almeida (para onde nos leva a seguir o organizador destas Jornadas), espero que o caminho esteja já claro, no rumo tornado evidente.

531 É de salientar que, a somar à notoriedade do património mundial representado com as linhas fortificadas / de limites classificadas pela UNESCO (Limes Romano e Muralha da China), a Raia de Portugal seria, uma vez galardoada com a distinção, uma Fronteira especialmente referenciável como a série de um sistema coerente de fortificações, ombreado com a Rede dos Sítios Vauban, classificada em 2008. Sem pretender acertar com todos, e tomando exemplares que relevam da sua condição de autenticidade e conservação, para além de Vila Viçosa enumeramos: Caminha (incluindo a Ínsua), Vila Nova de Cerveira (com Goián), Monção, Melgaço, Chaves (com S. Francisco e S. Neutel), Miranda do Douro, Campo Maior, Estremoz, Ouguela, Monsaraz, Noudar, Alcoutim e Castro Marim, perfazendo – com Almeida, Elvas, Marvão e Valença – uma boa dúzia de bens que poderão integrar a série pelo lado português.